

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA ADRIANA DA SILVA TORRES

**SAÚDE E FORÇA DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE OS TRABALHADORES
COMERCIÁRIOS ASSOCIADOS AO SESC – ALAGOAS**

RECIFE

2003

MARIA ADRIANA DA SILVA TORRES

**SAÚDE E FORÇA DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE OS TRABALHADORES
COMERCIÁRIOS ASSOCIADOS AO SESC – ALAGOAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social junto à Universidade Federal de Pernambuco. Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Virgínia Borges.

RECIFE

2003

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

T691s Torres, Maria Adriana da Silva.
Saúde e força de trabalho: um estudo sobre os trabalhadores comerciários associados ao SESC - Alagoas / Maria Adriana da Silva Torres. – Recife, 2003. 107 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife, 2003.

Bibliografia: f. 102-107.

Comerciários - Maceió (AL). 2. Trabalhadores - Maceió (AL). 3. Qualidade de vida. 3. Sociedades comerciais - Promoção da saúde. 4. SESC - Associados - Programas de saúde. I. Título.

CDU: 316.343.665(813.5)

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ADRIANA DA SILVA TORRES

SAÚDE E FORÇA DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE OS TRABALHADORES
COMERCIÁRIOS ASSOCIADOS AO SESC – ALAGOAS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof^ª. Maria Virgínia Borges do Amaral
Doutora em Linguística, UFAL

Prof^ª Edelweiss Falcão de Oliveira
Doutora em Serviço Social, UFPE

Prof^ª. Rosa Maria Carneiro
Doutora em Medicina, UFPE

Recife, 26 de fevereiro de 2003

DEDICATÓRIA

Ao Serviço Social que me concebeu o conhecimento para entender o mundo presente, o tempo presente e a vida presente, podendo atuar e moldar os rumos de uma história, em busca de uma sociedade com mais justiça social.

AGRADECIMENTOS

Em especial, a minha mãe, meu pai e minhas irmãs, por terem compreendido com sabedoria os momentos de ausência, esforço e dedicação, durante todo o tempo necessário para a realização deste trabalho.

À minha professora orientadora, Virgínia Borges, pelas proveitosas discussões durante todo o processo de elaboração deste trabalho, pelos seus questionamentos e pelas valiosas sugestões e, em especial, pelo privilégio de sua amizade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, por ter apoiado este trabalho.

À Teresa Carvalho, Coordenadora de Educação para Saúde do SESC, pela significativa influência que exerceu em minha formação profissional.

Aos trabalhadores comerciários, pela paciência e disponibilidade em responder aos questionários, pela confiança e pelo respeito para com a pesquisa, o que nos possibilitou a realização da mesma.

Aos professores, Sílvio Chagas do Centro de Tecnologia da Informação – CTI/UFAL, pela atenção na tabulação dos dados da pesquisa; Sidney Wanderley, pela revisão ortográfica do trabalho e Fred pela tradução do resumo da dissertação para o inglês.

Enfim, estendemos os nossos agradecimentos á todos que participaram, acreditaram e me apoiaram nas diversas passagens da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho analisa o sentido de saúde para os trabalhadores comerciários de Maceió, associados ao SESC – AL. Discorre sobre a concepção de saúde que fundamenta os programas desta entidade e identifica os fatores que influenciam o sentido de saúde deste segmento. Partimos do pressuposto de que a força de trabalho do comerciário é tão importante quanto a de segmentos de outros setores da produção na sociedade capitalista. Neste sentido, entendemos que a saúde do trabalhador é um dos elementos que mais recebem atenção no processo de reprodução da força de trabalho. O trabalhador, atualmente mais requisitado pelo processo de reestruturação produtiva, passa a consumir mais energia física e mental no cumprimento das metas determinadas pelas empresas. Por isso, as empresas utilizam estratégias direcionadas para a conservação da saúde de seus funcionários, e encontram no SESC uma parceria para o desenvolvimento de programas específicos que atendam às necessidades do trabalhador, na tentativa de minimizar o desgaste da sua força de trabalho. Esta pesquisa, pois, analisa o sentido de saúde para o segmento de trabalhadores comerciários que sofre diretamente as mudanças do mundo atual. A partir dos dados quantitativos e qualitativos, compreende-se que as concepções sobre saúde dos trabalhadores comerciários sofrem influência de ordem social, econômica, política, cultural, ambiental, comportamental e biológica. O estudo conduziu a uma maior aproximação da realidade do trabalhador comerciário de Maceió e o resultado da pesquisa permitiu-nos visualizar a dinâmica das relações sociais que se insurge na implementação de garantir condições de trabalhos mais dignas aos comerciários. Constatou-se, ainda, a necessidade de investimentos em programas de promoção de melhorias de bem-estar no atendimento às necessidades básicas deste segmento.

Palavras-chave: Trabalho; Processo de trabalho; Trabalho comerciário; Direitos; Qualidade de vida; Promoção da saúde.

ABSTRACT

The present work analyses the meaning of health for the commercial employees of Maceio, associated to the SESC – AL. (Commerce Social Service – A national company, with offices in the different states of the country) it talks about the concepts of health which fundaments the health programmes of this company (SESC – AL) and identifies the factors which influenced the meaning of health of this segment. We assume that the labour force of the commercial employees is as important as that from other segments of other sectors of production in the capitalist society. This way we understand that the health of the employees is one of the elements which receives more attention in the process of reproduction of the labour force. The employee, who is, nowadays, more demanded by the process of productive restructuration, starts to consume more physical and mental energy in order to achieve the objectives determined by the companies. For this reason the companies use strategies directed to keeping the health of their employees. They can find in the SESC a partner to develop specific programmes which meet the needs of the employees trying to minimize the wastage of their labour force. This research, analyses the meaning of health of the commercial employees segment which directly suffers the changes in our present world. Starting from quantitative data one understands that the conceptions about commercial employees health suffers influences of social, economical, political, cultural, environmental, behavioural and biological order. The research conducted to a greater approximation of the reality of the commercial employees of Maceio and its results allowed us to visualize the dynamic of the social relations which is developed in the implementation of guaranteeing more deign working conditions for the class. It was also verified the need of investments in programmes which promote improvements and a better way of meeting the basic needs of this segment.

Key words – work, working process, commercial employees work, rights, quality of life, health promotion.

LISTA DE GRÁFICOS

ESPECIFICAÇÃO	PÁGINA
GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS MATRICULADOS POR SEXO.....	80
GRÁFICO 2 – IDADE DOS MATRICULADOS.....	80
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS DOS MATRICULADOS.....	81
GRÁFICO 4 – ESCOLARIDADE DOS MATRICULADOS.....	82

LISTA DE TABELAS

ESPECIFICAÇÃO	PÁGINA
TABELA 1 – O SENTIDO DE SAÚDE.....	84
TABELA 2 – MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO.....	85
TABELA 3 – HORAS DE TRABALHO.....	88
TABELA 4 – TEMPO DE SERVIÇO.....	88
TABELA 5 – QUANTIDADE DE SALÁRIO.....	89
TABELA 6 – CONCEITO DE SAÚDE.....	91
TABELA 7 – CONCEITO DE DOENÇA.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 PRIMEIRO CAPÍTULO	
 O PROCESSO DE TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	
1.1 Gênese e desenvolvimento da força de trabalho.....	15
1.2 Relação de troca.....	19
1.3 As formas de controle do processo de trabalho.....	21
1.4 A reestruturação produtiva e as novas formas de consumo da força de trabalho.....	26
 SEGUNDO CAPÍTULO	
 O TRABALHO FRENTE À REGULAÇÃO DO ESTADO NA SAÚDE DO TRABALHADOR	
2.1 Cenário do trabalho: saúde e segurança dos trabalhadores.....	36
2.1.1 Particularidades das políticas de proteção a saúde do trabalhador.....	42
2.2 As Políticas sociais e a manutenção da força de trabalho.....	47
2.2.1 O neoliberalismo e a redução do Estado.....	53
 TERCEIRO CAPÍTULO	
 A NECESSIDADE DE REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
3.1 A entidade em questão.....	60
3.1.1 Revisões das diretrizes do SESC ao longo da história	65
3.2 O SESC em Alagoas.....	69
3.2.1 O SESC educando para saúde.....	72
3.3 O comércio de Alagoas.....	75

QUARTO CAPÍTULO

SAÚDE: MAIS DO QUE UMA SIMPLES CONDIÇÃO DE TRABALHO

4.1 Os associados ao SESC – Alagoas.....	79
4.2 Perfil dos trabalhadores comerciários.....	82
4.2.1 Primeira fase da pesquisa.....	83
4.2.2 Segunda fase da pesquisa.....	85
4.2.2.1 Idade.....	86
4.2.2.2 Escolaridade.....	87
4.2.2.3 Jornada de trabalho.....	87
4.2.2.4 Tempo de serviço.....	88
4.2.2.5 Salário.....	89
4.2.2.6 Função.....	90
4.2.2.7 O sentido de saúde.....	91
4.2.2.8 O sentido de doença.....	93
4.2.2.9 Percepção sobre os serviços oferecidos pelo SESC.....	94
4.3 Conseqüências da carga de trabalho.....	95
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

INTRODUÇÃO

Atualmente as pessoas presenciam as profundas mudanças no mundo do trabalho. Assim, a classe-que-vive-para-o-trabalho¹ convive com a reestruturação das novas formas de produção e das condições de produção que afetam o desenvolvimento do processo de trabalho e o comportamento do trabalhador.

Neste cenário, a manutenção da força de trabalho é fator indispensável ao padrão ditado pelo mercado. O capitalista dirige seu olhar, não somente para o lucro que lhe pode fornecer a força de trabalho que ele contratou, mas procura também formas de amortizar os efeitos negativos que possam comprometer a saúde desta *mercadoria*, necessária ao modo de produção. Mesmo com o avanço da tecnologia, substituindo o homem pela máquina, o trabalho vivo é indispensável ao funcionamento do sistema.

Percebe-se que as diferentes conjunturas históricas determinaram distintas formas de manutenção e de controle da força de trabalho. Logo, falar em saúde da classe trabalhadora é na verdade abordar um tema que ainda não atingiu a sua adolescência, mas que precisa ser discutidos os caminhos que possam levar a uma maturidade saudável e duradoura.

As lutas por melhores condições de vida e de trabalho, no Brasil, iniciou-se desde a década de 30 em São Paulo, capital que agrupava o maior parque industrial do país, berço das primeiras reivindicações pelos direitos que garantissem, à classe trabalhadora, a instituição de leis que lhe protegessem contra a perversidade do trabalho desenvolvido nas fábricas. A partir dessa década, com o surgimento de novos elementos históricos, vários setores do movimento sindical criam as comissões intersindicais de saúde do trabalhador. Intensificam-se no Brasil, desde a década de 30, a partir da organização do trabalho, através do movimento sindical, as lutas pela preservação da saúde daqueles que estão expostos ao ritmo frenético das máquinas.

Assim, era necessário a garantia de um salário, o estabelecimento da jornada de trabalho, o pagamento de horas-extras e o direito ao descanso (férias). Durante vários anos houve luta dos

¹ Acreditamos que na atualidade os trabalhadores estão inseridos na classe-que-vive-para-o-trabalho, em contraposição à expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, utilizada por Antunes, referenciado pela teoria de Marx em “O Capital” e no “Manifesto Comunista”, com o objetivo de conferir validade contemporânea ao marxiano conceito de classe trabalhadora, que engloba tanto o proletariado industrial como o conjunto dos assalariados que vende a sua força de trabalho ao capital em troca de um salário. Pretende o autor dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude (ANTUNES, 2000, p.101-103).

trabalhadores. Ao Estado era dado o papel de “guardião da paz”. A ele competia criar e fazer cumprir as leis que apaziguassem possíveis conflitos.

Na década de 40, com o auge do desenvolvimento industrial, há necessidade de uma força de trabalho apta a participar deste processo, na produção das fábricas. Em nome do desenvolvimento era necessário preservar esse segmento, pois sem ele se tornava impossível ao sistema atingir seu objetivo: o desenvolvimento e o lucro. Nesse período várias iniciativas de caráter assistencial surgiram, a exemplo do Serviço Social do Comércio – SESC (1946), que direciona sua ação ao pleno desenvolvimento do país.

O SESC, enquanto organismo gerenciado pelo setor privado, configura-se, neste cenário, como entidade intermediária entre o Estado e as necessidades da sociedade. Esta entidade, ligada às políticas públicas, dirige sua ação propositiva para a ausência destas políticas e se distancia cada vez mais da arena pública² que, a cada dia, se enche de novos conflitos. Neste sentido “no setor privado também está abrangida a ‘esfera pública’ propriamente dita, pois ela é uma esfera de pessoas privadas” (HABERMAS, 1984, p. 45-46).

É, pois, sobre uma especificidade da força de trabalho – o trabalhador comerciário associado ao SESC – Alagoas -, que dirigimos nosso olhar de forma a perceber como ela está constituída. Assim, nosso estudo versa sobre um segmento da força de trabalho, caracterizada como trabalhadores particulares, que desenvolve suas atividades de trabalho nas empresas de venda de produtos ou de prestação de serviços no comércio de Maceió, e que está associada ao SESC deste Estado. Focamos nossa atenção no sentido de saúde desta categoria.

A escolha deste tema não significa simplesmente uma referência teórica, mas principalmente uma opção decorrente de nossas experiências de estágio, durante dois anos (1998 e 1999), na Coordenação de Saúde do SESC/AL, o qual nos proporcionou acompanhar os diversos programas da área de “educação para saúde”, direcionados aos seus associados, os trabalhadores comerciários. Participamos como facilitadora de oficinas de capacitação que tiveram como objetivo preparar profissionais de diversas áreas, para serem multiplicadores de educação para saúde, e realizamos uma pesquisa de campo para averiguar o perfil de saúde deste segmento. Estas experiências estão somadas a um conjunto de observações teórico-científicas, fruto da trajetória como graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

² Para Habermas (1984, p. 14), “Chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um”.

Assim, definimos o universo do campo específico de nossa pesquisa. Foram escolhidos os locais onde tínhamos desenvolvido trabalhos ligados à área de educação para saúde nos quais se encontrava uma maior quantidade de trabalhadores comerciários. A pesquisa teve duas fases. Uma primeira fase que proporcionou aproximação com a temática e uma segunda fase que enriqueceu a compreensão sobre os dados da primeira fase.

Para este trabalho optei por pesquisa quantitativa, pela importância dos dados empíricos para conhecimento da realidade, sem desmerecer o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa surgiu a partir de uma necessidade do SESC em verificar se as diversas atividades desenvolvidas no programa Educação para Saúde – palestras, cursos, orientações e vivências - possibilitavam a elevação da consciência crítica do indivíduo acerca do seu meio ambiente (família, bairro, sociedade, natureza), e, com isto, atender às reais necessidades de saúde do trabalhador comerciário. A pesquisa foi necessária para colher dados que pudessem ampliar e qualificar os serviços de saúde do SESC, executados por suas diversas unidades operacionais, além de contribuir para a prática do Serviço Social respondendo às questões oriundas da realidade dos trabalhadores, associados do SESC.

A temática por nós abordada tem particularidades que apontam para o entendimento da questão da saúde da força de trabalho. Interessou-nos trabalhar estas particularidades, construídas no processo histórico do movimento do capitalismo inserido nas relações sociais, permeadas por interesses contraditórios. É no interior desses interesses que se organizam respostas às contradições capital/trabalho. É, portanto, através deste jogo de forças que se torna possível compreender o surgimento de instituições como o SESC.

O trabalho está construído em quatro capítulos. O primeiro capítulo dispõe sobre os elementos constitutivos da força de trabalho. Destacam-se as categorias trabalho, força de trabalho e processo de trabalho.

No segundo capítulo aborda-se o desenvolvimento das lutas em favor da saúde da classe trabalhadora e das políticas de proteção a essa classe frente à regulação do Estado.

No terceiro capítulo faz-se uma exposição sobre o SESC, retratando sua história ao longo dos tempos, seus objetivos e finalidades que evidenciam a existências dos seus programas de ação. Entre esses programas, especificamos o de “Educação para Saúde”, que desenvolve

atividades dirigidas à promoção da saúde, a partir de uma concepção *holística* do conceito de saúde.

No quarto capítulo examina-se o sentido de saúde para os trabalhadores comerciários associados ao SESC. Destaca-se o perfil deste segmento, as condições de trabalho no comércio e as características deste campo de trabalho. Salientam-se as medidas apontadas por este segmento para preservar sua saúde e a visão do Clube de Diretores lojistas - CDL, e do Sindicato do Comércio Varejista de Maceió – SINCOMERCIO, sobre o desenvolvimento do comércio local.

Observamos que no campo das produções sobre a realidade dos trabalhadores no Brasil, tem-se dado pouca atenção a esse segmento do trabalhador comerciário. Esse é, contudo, um tema que interessa ao Serviço Social. Há especificidades nesse segmento que o distinguem de outros grupos de trabalhadores, mas a base, o campo em que se configuram as relações de trabalho é comum; todos vendem a força de trabalho no processo produtivo desta formação social capitalista.

PRIMEIRO CAPÍTULO

O PROCESSO DE TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Esse mundo em que as pessoas trabalham, pensam e agem segundo regras padronizadas e sincronizadas, esse mundo organizado segundo a centralização e a concentração dos poderes públicos e privados em grandes centros, esse mundo, pois, dizem, está se desmoronando rapidamente.

Teixeira

1.1 Gênese e desenvolvimento da força de trabalho

As relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, de caráter econômico, político e cultural, produzem modos de ser e de viver que se definem, a cada dia, como imprescindíveis a sua vida. Um conjunto de bens e serviços, produzidos por toda a sociedade, é materializado nos objetos de consumo, nos produtos e bens materiais ou simbólicos e nos serviços, produto do trabalho³ humano, realizado sob determinadas relações de produção e condições sociais. Em cada produto ou serviço existe trabalho social; este trabalho é realizado segundo determinadas relações que não são naturais e sim construídas historicamente, sendo portanto, passíveis de críticas, intervenção e transformações.

De forma sucinta, o trabalho pode ser definido como a modificação da natureza operada pelos seres humanos de modo a satisfazer suas necessidades e também de produzir excedentes. Nessa relação, os homens modificam e interferem na natureza, transformando-a em produtos que podem ser comercializados ou consumidos. Percebemos o trabalho enquanto categoria central para o homem, pois é através dele que se efetiva a condição de existência em sociedade. É no seu interior que se verifica a construção de diferentes formas de práxis social e de complexas interações entre ferramentas e relações sociais.

É o trabalho que, ao mesmo tempo em que organiza e transforma a natureza, organiza e transforma o próprio homem e sua sociedade. Ele não é uma categoria abstrata. Cada sociedade cria suas formas de divisão e organização, de regimes, de instrumentos e técnicas para realizá-lo. Por isso, varia também aquilo que é considerado trabalho e o valor a ele atribuído. Tonet (2001, p. 44-45) cita Marx, que já pressupunha o trabalho como

forma exclusivamente humana. A aranha realiza operações que se parecem com a do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir as suas células de cera. Mas o que distingue, essencialmente, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de fazê-la em cera. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

³ A expressão trabalho tem vários significados. Na origem grega, o trabalho recebe a distinção entre *labor* (trabalho do corpo do homem para sobrevivência), *poéisis* (o fazer, a fabricação de um produto pela arte, obra da mão humana) e a práxis (ação política da sociedade) (ROCHA & FRITSCH, 2002, p. 58).

Assim, a história nos mostra que só o homem é capaz de superar o estado de intuição através do trabalho, possibilitando a evolução da espécie humana e do mundo onde vivemos. Neste sentido, o trabalho é um processo em que o ser humano impulsiona a sua ação para apropriar-se do meio natural, pondo em funcionamento o seu corpo para transformar os materiais da natureza em produtos variados. Neste processo, os trabalhadores se caracterizavam como possuidores da capacidade de trabalho que, junto aos meios de produção, fabricam os produtos necessários à sua subsistência. Para Martinelli (1995, p. 31), o modo de produção capitalista diferencia-se dos modos anteriores de produção pois,

a separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, a divisão social do trabalho. Iniciando-se com uma primeira ruptura entre fiação e tecelagem, torna-se a cada momento mais complexo, determinando novas e crescentes divisões. Aquela economia natural da sociedade medieval em descompasso de descaracterização progressiva, sendo aceleradamente substituída por novas formas de troca, que acentuam a separação entre o proprietário e o produtor .

Com a separação entre os meios de produção e o produtor há subordinação da classe trabalhadora aos detentores de capital, permitindo que se constitua o processo de acumulação capitalista.

Desta forma, para entender a natureza e a força das restrições estruturais dominantes, é necessário fazer uma comparação entre a ordem estabelecida e a de controle social com seus antecedentes históricos. Isto porque o modo de funcionamento do sistema capitalista é uma exceção do intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza.

Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. O modo como produzem seus meios de vida depende da natureza encontrada. Trata-se de uma forma planejada em que as formas de ser dos homens “coincidem [...] com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 1984, p. 15).

O fato é que determinados indivíduos que trabalham, produtivamente, de determinado modo, interagem em determinadas relações sociais e políticas. Há conexão da estrutura social e política com a produção. Na sociedade capitalista, em particular, a estrutura social e o Estado

interferem constantemente na vida dos indivíduos: no trabalho, na produção, impondo limites, premissas e condições materiais que não dependem da vontade do trabalhador.

O representar, o pensar, o lado espiritual dos homens são reflexos do seu comportamento material. As representações, as idéias se encontram condicionadas por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio, que estas correspondem até às suas formações mais avançadas. Logo, filósofos como Manfredo Araújo⁴ discutem a idéia de que a ciência e a tecnologia, com o passar dos tempos, se transformaram na principal força produtiva, provocando, com isso, a eliminação do fator humano da produção, proporcionando a tese sobre o fim da centralidade ontológica do trabalho, defendida por Lukács (1978, p. 5), em “A Ontologia do Ser Social”, obra que ganha importância por tratar o trabalho como categoria fundante do ser social, de forma que “se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas” (idem).

No processo histórico, os homens são sujeitos capazes de mudar sua própria realidade, seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Daí, na concepção marxiana, “não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência”. Para este fim, os homens têm que estar em condições de viver para fazer história. Isto se refere às condições básicas de sobrevivência, como: beber, comer, ter habitação, vestuário etc. Para Marx, o primeiro ato histórico diz respeito à produção dos meios essenciais para satisfação destas necessidades básicas, possibilitando o surgimento de novas necessidades a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

É a partir do desenvolvimento das forças produtivas que se intensifica o capitalismo. Uma sociedade regida pelas leis do capital não pode parar de produzir e também de consumir os produtos. Para Mészáros⁵ (1996), o capital não é uma “entidade material” nem um “mecanismo” racionalmente controlável, mas “um modo de controle social metabólico fundamentalmente incontrolável” (idem). O que se constata é que este sistema escapa do controle humano pelo fato de que ele emerge no curso da história como uma estrutura de controle totalizadora mais poderosa e globalizante que existe até o momento, e que o capitalismo sujeita a saúde do

⁴ Teixeira (1998, p. 13) cita o ensaio de Manfredo Araújo Oliveira que discute o novo paradigma da produção industrial.

⁵ As referências são da palestra proferida por Mészáros no Simpósio Internacional Lukács e os Desafios Teóricos Contemporâneos, realizado em 1996 na UFAL.

trabalhador, o comércio, a educação, a agricultura, a arte, desde os pequenos até as mais gigantescos empreendimentos internacionais.

Portanto, com o desenvolvimento das forças produtivas intensificam-se os problemas de classe, como a miséria e a exploração. Logo a força de trabalho⁶, denominada por Marx (1988) como a “capacidade humana de desenvolver trabalho” se constitui em um conjunto de condições físicas e emocionais que interagem em um corpo, possibilitando ao homem pôr em ação sua força viva na produção de valores.

É à força de trabalho que, junto aos maquinários e ferramentas, representa o recurso da humanidade para transformar o meio natural a seu modo. A força de trabalho se constitui, assim, em uma categoria pertencente unicamente ao homem que vive em sociedade, e possui característica inteligente, constituída de propósito e objetividade.

A partir do modo de trabalho tem início o estabelecimento de um contrato entre o trabalhador, que vende a sua força de trabalho por um tempo determinado, e o empregador, que a compra. Segundo Marx (1988), quando o trabalhador chega ao mercado de trabalho, para pôr à venda a sua capacidade de trabalho, há um processo histórico extenso, que medeia a sua atual condição e a do homem como ser primitivo que age intuitivamente no trabalho. Assim, põe-se em funcionamento o processo de trabalho, com característica específica socialmente determinada, com o objetivo de expandir, cada vez mais, capital por meio do trabalho útil, resultando em novos valores que podem ser consumidos e principalmente trocados.

Marx (1982) afirma que o processo de trabalho não é apenas um modo de trabalho, mas uma forma de consumo da força de trabalho pelo capitalista⁷; há, neste processo, dois sujeitos envolvidos: de um lado o proprietário da força de trabalho, e do outro o dono dos meios de produção.

A existência de possuidores dos meios de produção de um lado e possuidores de capacidade de trabalho de outro, não é uma relação fundada pela natureza, mas o resultado de revoluções econômicas e do desaparecimento de modos anteriores de produção social.

⁶ Para a conservação da força de trabalho são necessários meios de subsistência; neste sentido, a saúde é um dos requisitos fundamentais para mantê-la saudável garantindo a sua produção e reprodução. Assim, nosso estudo versa sobre a saúde da força de trabalho inserida no segmento de trabalhadores comerciários associados ao SESC-AL.

⁷ Neste sentido justificam-se os investimentos em programas de promoção de saúde para o trabalhador associado ao SESC, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos do trabalho, aliviando o desgaste da força de trabalho.

1.2 Relação de troca

Um aspecto importante na sociedade capitalista é a relação existente entre as mercadorias enquanto valor de uso e valor de troca. O “valor de uso” é produzido através de um trabalho concreto, para satisfazer às necessidades sociais, por meio do consumo dos objetos úteis de qualidade diversa, utilizados na vida cotidiana como meio de subsistência. O “valor de troca”, variável entre uma mercadoria e outra, viabilizam a troca dos objetos úteis por outros de qualidade diferenciada em uma relação equivalente. O valor das mercadorias só pode se expressar através da relação de troca. Para o capitalista o que lhe interessa, realmente, é produzir um valor superior a sua produção, pois como bem argumenta Marx (1982, p. 35),

nosso capitalista visa a uma dupla finalidade. Ele quer inicialmente produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Ele quer em segundo lugar produzir uma mercadoria cujo valor seja superior à soma de valores das mercadorias necessárias à sua produção: os meios de produção e a força de trabalho, pelos quais ele adiantou, no mercado, seu bom dinheiro. Ele quer produzir não somente um valor de uso, mas um valor, e não somente valor, mas também mais-valia.

De acordo com o pensamento marxiano, o dono dos meios de produção visa produzir uma mercadoria que lhe dê valor de troca, possibilite lucro e com isto aumente o seu capital. Para que se produzam valores é preciso que sejam valores de uso para outras pessoas, possibilitando a troca de um produto por outro, de acordo com as necessidades postas pelos homens em sociedade.

Neste sentido, para que as mercadorias sejam transformadas em capital, precisam materializar-se em objetos úteis que atendam as necessidades sociais, ou seja, que possuam valor de uso para as pessoas. Assim as mercadorias não são apenas valores de uso, são grandezas sociais que incorporam na sua produção a força de trabalho humana; são valores que se distinguem pelo tempo de trabalho empregado na sua fabricação⁸.

Tonet (1997, p. 5), salienta que para Marx: “O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer

⁸ Sobre essa concepção marxiana dos elementos constituintes do processo de trabalho, cf. Marilda (1995).

formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens”.

Nessa linha de pensamento podemos entender, que se por um lado o trabalho constitui um caráter social, porque satisfaz uma determinada necessidade social, por outro lado este trabalho só pode atender às necessidades de seu produtor, de modo que este possa ser trocado por outro trabalho equivalente. Isto constitui o duplo caráter social do trabalho, ou seja, a dupla função do trabalho, tanto como produção de valor de uso, como de valor de troca.

Desta forma, sendo o valor das mercadorias determinado pelo trabalho essencialmente necessário, este valor só pode se expressar na relação de troca com outra mercadoria. Assim, os valores de uso para uns, pode se constituir para outros, no caso seu possuidor, como simples meio de troca. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho que se emprega na sua fabricação, ou seja, pelo tempo socialmente necessário⁹; isto dependerá do ritmo de trabalho do homem que a fabrica e dos meios que ele utiliza nesta fabricação. Ora, neste processo a força de trabalho se torna a categoria central, como atividade humana que permite a produção da mais-valia. Portanto é nela que se deve investir, para tirar dela maior produtividade.

Para Marx (1982, p. 72), “a produtividade do trabalho é, ela própria, determinada por numerosas circunstâncias, entre as quais: o grau de desenvolvimento das ciências e a aplicação tecnológica, o modo normal de produção e, finalmente, as condições naturais”. No entanto, se não houvesse a força de trabalho não existiria valores; por isso, se faz necessária a existência do trabalhador, que, por sua vez, precisa de meios de subsistência como: alimentação, educação, saúde, dentre outros, para satisfazer as suas necessidades e continuar a reproduzir a sua força de trabalho. Sobre este assunto, Marx (1982, p. 31) afirma:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Para que seus semelhantes não cessem de surgir no mercado, como o exigem as necessidades contínuas do capital, é preciso que as forças de trabalho, que o desgaste e a morte subtraem ao mercado, sejam ao menos substituídas por um número igual de novas forças de trabalho. A quantidade de meios de subsistência necessários à produção de força de trabalho inclui, pois, os meios de subsistência das forças de trabalho destinadas a substituir as primeiras, isto é, os filhos dos trabalhadores.

⁹ Diz respeito ao tempo de trabalho exigido para se produzir um valor qualquer de uso, nas condições normais dessa produção, sendo o trabalho feito numa medida social de habilidade e de intensidade (MARX, 1982, p. 36).

Os meios de subsistência da força de trabalho têm como objetivo a reprodução da prole do trabalhador, pois, para que a força de trabalho se renove, continuamente, como mercadoria é necessário que seu vendedor se reproduza através da procriação.

Deste modo, vale ressaltar que a forma de satisfazer as necessidades básicas de existência varia de país para país, de acordo com o grau de civilização e principalmente com os hábitos, condições e exigências impostas pelas necessidades dos trabalhadores.

No contexto do processo capitalista de produção, a reprodução da classe trabalhadora depende da venda de sua força de trabalho, mercadoria necessária ao seu possuidor para que possa vendê-la em troca de um salário e garantir a sua subsistência. O trabalhador, separado dos meios de produção, entra no mercado de trabalho através do trabalho "livre" assalariado, submetendo-se ao domínio do capitalista. Segundo Iamamoto (1995, p. 39),

quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma do salário. A condição histórica para o surgimento do capital é o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital: é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria.

Entretanto, para que o mercado de trabalho disponha sempre de força de trabalho, é preciso haver uma regulamentação entre operários e possuidores dos meios de produção, possibilitando às massas despossuídas a oportunidade de obter a sua sustentação. Assim, confirma-se a transformação da força de trabalho em mercadoria.

1.3 As formas de controle do processo de trabalho

O sistema capitalista é o primeiro na história que se constitui em um totalizador irrepreensível e irresistível, não importa o quanto tenha que ser repressiva a imposição de sua função totalizadora, quando e onde quer que encontre resistência. Para Mészáros (1997, p. 148), “no capitalismo há duas formas fundamentais de disciplina da força de trabalho. A primeira é o autoritarismo da empresa privada, onde o capitalista, como personificação do capital (...)

representa um poder soberano, podendo admitir, demitir, e determinar as condições de trabalho do operário (...). A segunda força que age sobre a disciplina do trabalho é a tirania do mercado necessariamente internalizada pelo operário.”

Com certeza, essas características tornam o sistema mais dinâmico que todos os modos anteriores de controle social metabólico colocado juntos. Isto implica tanto nos trabalhadores quanto nos capitalistas, tendo em vista que eles devem obedecer aos objetivos do sistema como um todo. Porém para o trabalhador, esse sistema significa perdas e ganhos, seja no emprego remunerado ou fora dele, quanto aos processos de tomada de decisão.

Face ao surgimento do modo capitalista de produção e à necessidade de modos de organização do processo de trabalho, surgem estratégias racionais para expandir a fabricação de produtos. Uma das estratégias é o taylorismo - sistema elaborado pelo engenheiro industrial norte-americano Frederick Winslow em 1911, com o objetivo de aumentar a produtividade. Os elementos principais deste sistema eram a simplificação das tarefas e a individualização da força de trabalho.

A divisão e a segmentação das tarefas facilitava a aprendizagem. Com a divisão das tarefas havia um menor número de gerentes para monopolizar o conhecimento necessário ao funcionamento da fábrica. Isto levava a uma maior organização da fábrica e a uma redução do número de operários qualificados.

Este processo de organização do trabalho tem por objetivo acelerar o ritmo nos postos de trabalho e diminuir o tempo morto da jornada de trabalho, aspectos refletidos através dos princípios gerais de organização que conduzem ao grau de autonomia dos trabalhadores, que por sua vez são submetidos ao controle de rendimento na execução das tarefas. Esta forma de organizar o processo de trabalho pode ser vista como uma estratégia para reduzir a luta de classes na produção, tendo por objetivo principal combater o controle sobre as condições de trabalho nos postos de trabalho.

Assim, para Teixeira (1998), o trabalho é “parcelizado”, “rotinizado” e “padronizado”. Só assim é possível cumprir a exigência básica imposta pela própria forma taylorista de organização do processo de trabalho reduzindo o tempo morto, aumentando o ritmo de trabalho e fazendo funcionar as máquinas de forma contínua para cumprir as exigências do sistema.

Neste cenário os trabalhadores que permaneciam na fábrica possuíam alta capacidade de produção e salários compatíveis com a produtividade individual. A individualização das tarefas era uma estratégia de desmobilizar o movimento coletivo de trabalhadores e os sindicatos.

Taylor desenvolveu estudos de administração científica (1911) que possibilitassem estudar a relação tempo-movimento para tornar mais eficiente a realização de tarefas individuais. Ele partia do princípio de que o treinamento e a remuneração adequados seriam suficientes para forjar uma força de trabalho “taylorizada”.

A visão mecânica das características físicas e psicológicas do homem, a divisão e simplificação de tarefas, a concentração do conhecimento da gerência e a associação salário produtividade, tiveram considerável impacto nos trabalhadores e também na organização do local de trabalho.

Esta forma de organização se prolonga ao longo deste século no fordismo – princípio da articulação do processo de produção e do modo de consumo - caracterizando um novo estágio de regulação da produção capitalista pela necessidade de se administrar a produção da força de trabalho assalariada. Foi com o modelo adotado por Ford que as indústrias, em nível mundial, vivenciaram o período de maior expansão da produção em massa.

No fordismo, o alto nível de produtividade exigido de seus operários era recompensado com salários que “possibilitavam” ao trabalhador ser produtor de bens industriais e ser também consumidor. Isto “seria a forma mais eficaz de resolver conflitos de classes, uma vez que o trabalhador-consumidor teria interesse direto no desenvolvimento de formas de produção mais eficientes, que poderiam fornecer bens a baixo preço a um mercado em franca expansão” (WEINSTEIN, 2000, p. 24).

As inovações e os princípios do fordismo incorporaram muitos dos aspectos do taylorismo. A fábrica fordista introduziu princípios tayloristas de segmentação das tarefas e aumentou o ritmo de trabalho no processo de produção. Os defensores do fordismo acreditavam que a transformação do lugar de trabalho era para além do processo de produção; diferente de Taylor, que entendia a demissão e a recompensa como suficientes para disciplinar a força de trabalho.

Para Ford, os trabalhadores possuíam valores sociais e morais e seria necessário que eles internalizassem o senso de disciplina para terem um bom desempenho no trabalho. Segundo Teixeira (1998, p. 56), é possível destacar os pontos distintos do fordismo em relação ao

taylorismo, através da “forma intensiva de acumulação, à norma de consumo, que inaugura um modo específico de reprodução da força de trabalho, que passa a ter acesso ao consumo de bens duráveis, e à generalização das relações mercantis, que transformaram todos os trabalhadores em trabalhadores assalariados”.

Estas características fazem parte de um todo articulado que se expressa na cadeia de produção em todos os processos de trabalho, possibilitando aos setores da economia ganhos de produtividade. É no fordismo que são aplicados, de forma eficaz, os princípios do taylorismo.

Continua Teixeira (1998, p. 56), explicando que “o fordismo aprofunda a intensificação do processo de trabalho taylorista por meio da cadeia semi-automática, que integra numa mesma unidade os diferentes segmentos do processo de trabalho”. O modo de regulação fordista exigiu uma separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Essa separação permitiu a criação de um modo específico de consumo pelo capitalismo.

Neste contexto, tudo o que existe passa a ser consumido e ser fornecido sob mercadoria. Sendo assim, os trabalhadores se percebem, segundo Aglietta apud Teixeira (1998, p. 37), “forçosamente atados ao capitalismo pelo consumo individual de mercadorias resultantes da produção em massa” e ainda “representa uma condição essencial da acumulação capitalista, porque ele é uma contratendência ao desenvolvimento desigual do setor I”, que significa o setor produtivo de máquinas, equipamentos, instalações etc.

O avanço da produção em massa faz aumentar a demanda, obrigando o produtor de bens de consumo a comprar novas máquinas, equipamentos e instalações etc. A relação salarial, fordista, funda um padrão que pode equilibrar o setor de bens de capital e o de bens de consumo.

Neste processo já existia uma “preocupação” com a vida dos operários, fato confirmado pela iniciativa de Ford quando instalou em sua fábrica um departamento de sociologia com o objetivo de criar estratégias para interferir na vida do operário, quando estivesse fora da linha de montagem. Portanto, havia o desenvolvimento de serviços sociais como: atividades recreacionais organizadas de forma a promover valores e disciplinas que seriam expressas pelos trabalhadores diariamente e não apenas no seu local de trabalho. Percebem-se desde já iniciativas direcionadas ao lazer e à adstração da força de trabalho.

Assim, os defensores da psicologia aplicada criticavam Taylor e seus seguidores por tratarem os seres humanos como meras extensões das máquinas. Eles desenvolveram o que

entendiam como um método mais racional de lidar com o trabalhador e afirmavam, segundo Weinstein (2000 p. 25), que

no próprio interesse da eficiência, o ambiente de trabalho deveria de certa maneira ser adaptado às necessidades psicológicas e fisiológicas do homem e não ao contrário: os homens sendo obrigados a se adaptar às exigências das máquinas. Melhores 'relações humanas' no local de trabalho eram necessárias para atingir o objetivo dos que defendiam a racionalização: produzir as melhores mercadorias no menor tempo e com o menor esforço.

Esses três elementos – taylorismo, fordismo e psicologia aplicada - formam a base intelectual do movimento internacional pela *organização do trabalho* que ganhou grande impulso Pós - Primeira Guerra Mundial.

No entanto, a partir da década de 70, este modo de regulação fordista desencadeia relações contraditórias porque o desenvolvimento tem como resultado a crise do regime de acumulação. De acordo com Pagotto apud Mota & Amaral (2000, p. 290), é neste período que

a dinâmica fordista começa a apresentar os primeiros sinais de crise com a tomada de consciência de que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro que a empresa monopolista obteve em seu auge (...) a crise da produção padronizada e da relação fordista de altos salários baseados na pujança da demanda em relação à oferta acabou conduzindo ao conceito de flexibilização, bem como de uma produção organizada sob novas premissas: surgiram as abordagens que preconizam a substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semi-autônomos e malhas de produção, nas quais os mecanismos automáticos reduzem a intervenção do trabalho vivo ao mínimo possível.

Estas mudanças são consideradas como alternativas ao modelo fordista, que se caracteriza basicamente pelas flexibilização nos processos e pelas condições de trabalho, alterando, também, a formação do trabalhador coletivo.

Assim, a crise do fordismo, a partir do início dos anos 70, provocou a necessidade de reestruturar as empresas¹⁰, que deveriam procurar um processo de gestão pela qualidade e

¹⁰Para Edmundo Dias apud Mota (1988, p. 27-28), “todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do capital às suas crises. Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao capital – e aos

produtividade, único caminho capaz de torná-las mais competitivas para entrarem no mundo desenvolvido. Logo a organização da produção segue os princípios deste processo. Esta organização se constitui na fase de desenvolvimento do capitalismo que modifica seus processos de fabricação para atender à demanda crescente do mercado.

1.4 A reestruturação produtiva e as novas formas de consumo da força de trabalho

A reestruturação produtiva se constitui em estratégia para superar a crise da era fordista do capital, na tentativa de organizar a produção e a distribuição de riqueza. Afeta todo um conjunto de regras e conceitos que davam sustentação à sociedade capitalista.

As crises são inerentes ao sistema capitalista. Atualmente a humanidade vive uma época marcada por uma crise, que segundo Teixeira (1998, p. 17) “assola o mundo inteiro (...), recusa os valores civilizatórios propostos pela modernidade”. O que se constata, na verdade, é que estes momentos são próprios do sistema capitalista.

Em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e do mercado é fator inerente à organização das forças produtivas, à composição do ciclo de reprodução do capital, refletindo na esfera da produção e das relações sociais. Para Mota & Amaral (2000, p. 27) este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfretamento da crise e se dá através da organização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da organização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social.

Estes fatores determinam a reestruturação dos capitais e as transformações no processo de trabalho. Todo este processo faz parte das necessidades de respostas do capital às suas crises e “determina novas formas de domínio de capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (MOTA & AMARAL, 2000, p. 29).

capitalistas – redesenhar não apenas sua estruturação ‘econômica’, mas sobretudo construir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação”.

Assim, estas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões compatíveis com as necessidades de mudanças na produção e na reprodução social na atual conjuntura. Este momento é conhecido como a Terceira Revolução Industrial, cujas regras são dirigidas à promoção de modificações com vistas à maximização da taxa de lucro através da produção, via crescimento da produtividade do trabalhador pelas novas tecnologias e formas de consumo da força de trabalho.

Essa reorganização no mercado consumidor determina as modernas formas de concorrência entre firmas, exigindo maior qualidade dos produtos, ocorrendo novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho “que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas” (MOTA & AMARAL, 2000 p. 28). Com a fase de reestruturação, a produção em massa passa a exigir a padronização das máquinas e dos produtos e seus processos de fabricação. Para Teixeira (1998, p. 19),

se a padronização eliminava estilos diversos e diferenciados de consumo, de produção etc., a organização interna dos processos de trabalho, por seu turno, demandava uma multidão de trabalhadores com diferentes especializações, onde cada um era obrigado a se especializar numa única e mesma tarefa. Ao mesmo tempo em que a especialização fragmentava o processo de trabalho numa multidão de operações singulares, ela exigia, por outro lado, uma sincronização espacial e temporal das diversas operações realizadas por cada trabalhador especializado.

O tempo cronometrado na realização das atividades por cada trabalhador era fundamental para que as partes dos produtos elaborados separadamente pudessem constituir o produto final. A padronização, a especialização e a sincronização só aconteciam em empresas com grande quantidade de trabalhadores especializados e grandes estoques de matérias-primas. Teixeira (1998, p. 19) destaca que em consequência destes fatores,

a concentração se agigantava e crescia na medida em que ela se prolongava no processo de centralização dos diversos capitais existentes e dispersos na economia. (...) a concentração e a centralização se retroalimentavam (...) fazendo surgir as grandes corporações que passaram a dominar o cenário da economia mundial (...).

Estes princípios deram sustentação e estruturaram a organização da produção e da distribuição da riqueza social, extrapolaram a esfera da produção e invadiram a esfera da vida social, se reproduzindo também na esfera do sistema político.

Ganha importância, neste processo, a consolidação de grandes oligopólios mundiais devido às fusões de empresas e ao destaque das corporações internacionais quanto à redefinição da produção e do trabalho no mundo. A grande corporação transnacional centraliza o poder de criação e redireciona geograficamente os postos de trabalho. Em contrapartida, a organização da produção em escala mundial motiva o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os países pobres, que demandam ocupações mais simples e rotineiras. Para Pochmann (2001, p.12),

é necessário refletir a respeito da repartição do trabalho no mundo diante do aprofundamento da liberalização comercial, da desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, bem como a reformulação do papel do Estado, da revolução tecnológica e das novas formas de organização da produção propiciada pelas grandes corporações transnacionais.

Estas são as situações em que se encontra inserido o trabalho no Brasil. Isto porque, as economias subdesenvolvidas transformam-se em um mercado de concorrência mundial pelos menores custos do trabalho. Isto se justifica porque “quanto mais dóceis os governos, e submissos à lógica de exploração intensiva de trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais” (POCHMANN, 2001, p. 8).

Portanto é necessário refletir sobre as profundas transformações do capital e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho. Pois a globalização, dele oriunda, tem seus efeitos nos estados nacionais, nas empresas e nos trabalhadores e tem provocado desigualdades econômicas e sociais, inerentes ao sistema que precisa delas para manter o ciclo reprodutivo do capital. Pochman (2001, p. 12) compreende “que os estímulos à eficácia e à concorrência definidos pelo modelo de racionalidade econômica do capitalismo não produzem sociedade com o padrão de desenvolvimento menos desigual”.

Este fator evidencia-se, principalmente, a partir da globalização de produtos e de serviços que reúne fenômenos diversos referentes às novas formas de organização da divisão do trabalho. Algumas características deste processo podem ser compreendidas a partir das transformações provocadas pelo desenvolvimento da informática, das telecomunicações e da automação que

modificam, por sua vez, a organização e a capacidade de produção econômica, dentro do sistema capitalista, onde a transmissão e recepção de informações em tempo real, seu processamento pelo computador, criam novas condições de investir e gerenciar o capital e a produção, em diferentes pontos do planeta.

Isto porque um mesmo produto pode ser igual e simultaneamente produzido pelo mesmo fabricante em diferentes países do mundo, segundo sua conveniência e margem de lucros. A rapidez da informação, ao lado do desenvolvimento dos transportes, permite também que os componentes de um produto final sejam fabricados em diferentes pontos, dividindo-se a produção segundo os lugares onde as condições econômicas sejam mais vantajosas.

As novas formas de dinheiro, como os cartões eletrônicos, com os quais se podem fazer movimentações financeiras em qualquer lugar, o desenvolvimento do crédito, do marketing e da indústria cultural, permitem comercializar e prestar serviços globalmente, de modo que a produção, realizada nos lugares escolhidos, seja distribuída para o mundo. É o caso dos produtos feitos nos países asiáticos, que nos últimos anos entraram no mercado brasileiro.

Configura-se, assim, um contexto industrial de transformações aceleradas e de transnacionalização da produção, que tem impacto direto nas relações de trabalho e no consumo da força de trabalho. Isto ocorre de forma diferente e desigual, nacional, regional ou setorialmente, nos países ocidentais ou periféricos, como o Brasil, afetando formas tradicionais de produção, modificando hábitos, com grande impacto na saúde do trabalhador.

Na acirrada concorrência internacional, as empresas brasileiras lançam mão de todos os artifícios que possam significar vantagens, como a redução dos custos do trabalho, a expansão da subcontratação, a terceirização da produção e o trabalho autônomo realizado no domicílio, além de fazer pressão para modificar a regulamentação das relações de trabalho.

A rápida transformação na produção de bens e de serviços acaba por causar efeitos jamais imaginados. Novas tecnologias e formas de gerenciamento na produção provocam o aumento da produtividade que incentiva a automação, elimina postos de trabalho, gerando desemprego tecnológico. A divisão do trabalho se altera, surgem novos campos de trabalho, grandes contingentes de trabalhadores industriais são expulsos para o setor terciário da economia ou para o chamado “setor informal”, ou são totalmente excluídos do mercado de trabalho.

Para Tavares (2001), o espaço econômico ocupado pela informalidade, hoje, apresenta-se em crescimento. Este fato se deu a partir da década de 90 e se insere no contexto de

transformações no mundo do trabalho. A mesma autora (ibidem, p. 87) analisa que o “trabalho formal e o informal coexistem na unidade capital, e que, nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser moderno e essencial à produção capitalista, com graves conseqüências para a classe trabalhadora”.

Estas novas formas de trabalho são traduzidas em desvantagem para o trabalhador e constituem as atuais mudanças no mundo do trabalho. Refletem na precarização do trabalho – trabalho sem estabilidade e proteção social¹¹, ausência de benefícios tais como: pensões, abonos, salários suplementares, garantidos por lei - que gera instabilidade na força de trabalho, piora das condições de trabalho, medo de perder o seu posto de trabalho, seus direitos e garantias sociais até então asseguradas. Sobre medo e trabalho, Dejours (1999, p. 141) afirma:

o elemento decisivo que faz o trabalho propender para o bem ou para o mal, no plano moral e político, é o medo (...) que se insinua e instala na própria atividade do trabalho. Seja no exército, nas minas, na construção civil, onde o medo estrutura o próprio trabalho; seja quando a atividade está **poluída** pelo medo, como na ameaça de precarização utilizada, **larga manu**, nos grandes estabelecimentos industriais da atualidade.

Para o mesmo autor, a precarização da força de trabalho seria a adversidade gerada pela manipulação das propostas neoliberais. Sendo as atuais mudanças no cenário do trabalho uma integração das economias e uma potencialização do império norte-americano no comando mundial de acumulação de capital, rebaixando o padrão de uso e remuneração da força de trabalho, passando a ter destaque as grandes corporações internacionais que definem a produção do emprego em todo o mundo.

No Brasil, baseadas no modelo japonês de gestão, as inovações tecnológicas e organizacionais, traduzem-se pela implementação de programas de qualidade total, reengenharia e outros, que interferem na qualificação do trabalhador e exigem intervenção dele nos processos produtivos, havendo um novo consumo da força de trabalho. É neste contexto que a reengenharia propõe “começar de novo”, rejeitando a sabedoria convencional em busca de novas soluções para estruturar os processos. Esta mudança pressupõe uma maior participação e envolvimento do trabalhador com os objetivos da empresa.

¹¹ Sobre as políticas de proteção ao trabalhador, discutiremos no próximo capítulo.

Todavia, isto faz o trabalhador entender e influir no processo de produção, assumindo a polivalência para garantir a qualidade e a produtividade da mercadoria. A proposta é fazer do trabalhador um indivíduo que seja capaz de mudar com facilidade e precisão, de uma atividade para outra, na empresa, e que seja capaz de vender, de produzir, de consertar os defeitos da máquina, de limpar o chão da fábrica, de dar e receber ordens. A pressão da modernidade pela polivalência pode gerar conseqüências para a saúde física e mental do trabalhador. Todas estas transformações são difíceis de serem captadas e apreendidas em seu significado, por sua complexidade e contemporaneidade.

Em síntese, a classe trabalhadora presencia os ajustes do capital transnacionalizado e o redimensionamento das políticas de proteção social. Todas estas transformações societárias refletem diretamente no processo de trabalho. Logo os trabalhadores da era da globalização devem ser multifuncionais, flexíveis e adaptáveis às novas formas de gestão do mundo do trabalho.

Estas transformações estão relacionadas aos avanços tecnológicos: a automação, a robótica e a microinformática, que possibilitaram ao capital uma rápida reorganização dos padrões de controle da força de trabalho. A introdução destas tecnologias representa um incremento significativo de produtividade no trabalho, com suposta modificação das relações de trabalho, eliminação de tarefas penosas ou pesadas. Este momento ultrapassa a revolução industrial e se constitui em uma nova fase através da revolução informacional¹².

Desvendar a dinâmica das mudanças no trabalho implica um empenho permanente de aproximação-teorização, capaz de ampliar a interpretação de um quadro aparentemente dado e imutável, que condiciona ou determina a formulação de alternativas tecnológicas/organizacionais, cujas repercussões não se restringem aos centros de trabalho, mas refletem principalmente na

¹² A Revolução Industrial faz parte de um processo de evolução e conquistas de novos conhecimentos. A primeira Revolução Industrial cobre o período de, aproximadamente, 1780 e 1880. Este período é caracterizado pela fabricação de motores a vapor, que passou a substituir a força humana e a força animal. Neste momento predominou a produção em série de modelos padronizados, em velocidade inalcançáveis pela movimentação do corpo humano ou animal. A segunda Revolução Industrial marca os anos de 1880 a 1970, com a introdução de novas tecnologias ligadas à energia elétrica, surgindo os meios de comunicação como: rádio, televisão e outros (SINGER, 1997, p. 10-14). Neste fim de século, ocorrem mutações revolucionárias que ultrapassam a Revolução Industrial. É a fase da Revolução Informacional que “constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, pós-mercantil” (LOJKINE, 1995, p. 11). É ainda, “a revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial” (Ibidem, p. 14).

saúde da força de trabalho. As mudanças no trabalho são constantes e podem desencadear enfermidades psicossomáticas, doenças físicas.

Estas mudanças estão relacionadas às formas de organização das relações de trabalho, para atender às novas técnicas de gerenciamento mundial. Para Amaral (1999), uma das formas é a de gestão do processo de trabalho, adotando-se programas de qualidade total, conceito que resume as condições para que a empresa sobreviva e se desenvolva em um ambiente competitivo e de rápidas mudanças.

Por isso, há necessidade da qualidade integral dos produtos ou serviços, ausências de defeitos, confiabilidade nos métodos e processos adotados pela organização, qualidade e baixo preço dos produtos etc. Esse mecanismo produz efeitos nas relações de trabalho; levando a supor que a forma de gerenciamento destes programas é mais uma das estratégias da sociedade moderna, legitimada pelas leis de mercado, visando à competitividade e ao lucro.

A reestruturação da organização do trabalho reflete diretamente na força de trabalho. Para Dejours (1994), é através da análise psicodinâmica das relações de trabalho¹³ que se abrem novas perspectivas superadoras da visão monolítica e restritiva da nocividade do trabalho que induz a caminhar pelo terreno das afecções mentais e físicas. Dejours busca desvelar na organização real do trabalho as estratégias adaptativas intersubjetivas, de defesa/oposição, latentes na tensão entre a procura de prazer/reconhecimento dos sujeitos e os constrangimentos externos impostos, independentes de suas vontades, pelas situações de trabalho. As manifestações patológicas de sofrimento são a expressão do fracasso dessa mobilização subjetiva. Chanlat (2000, p. 119), entende que é o modo de gestão,

conjunto de práticas administrativas colocadas em execução pela direção de uma empresa para atingir os objetivos que ela tenha fixado (...) compreende o estabelecimento das condições de trabalho, a organização do trabalho, a natureza das relações hierárquicas, o tipo de estruturas organizacionais, os sistemas de avaliação e controles de resultados, as políticas em matéria de gestão de pessoal, e os objetivos, os valores e a filosofia da gestão, que o inspiram.

¹³ Análise psicodinâmica é um termo que pertence à teoria psicanalítica. Designa o estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pela evolução dos conflitos intersubjetivos e intra-subjetivos. Mas a realidade está no centro de gravitação da psicodinâmica do trabalho, ao passo que a dinâmica intrapsíquica e o imaginário ocupam o lugar central na psicanálise. E nesta realidade a análise deter-se-á no entendimento dos processos intersubjetivos e interativos que se desenvolvem nos locais de trabalho” (DEJOURS, 1994, p. 19).

Assim, estudiosos desta área de conhecimento, contemporaneamente, têm retratado o esmagamento da subjetividade dos trabalhadores, causado pelo processo de reestruturação que vem impactando a segurança física e mental da força de trabalho, desencadeando o sofrimento do corpo e da alma. Os trabalhadores são obrigados a conviver com os novos métodos de gestão e direção de empresas e conseqüentes intolerâncias nas leis trabalhistas.

No Brasil a assimilação de novas tecnologias, exigia cada vez mais força de trabalho qualificada, diminuindo a quantidade de trabalho vivo em relação ao trabalho morto das máquinas e tornando possível que um trabalhador realize o trabalho de cinco, dez ou vinte trabalhadores; logo, aumenta cinco, dez ou vinte vezes a concorrência entre os trabalhadores. Em “O capital”, Marx (1982), evidencia que aos trabalhadores não compete apenas vender-se cada um a preço mais baixo do que outro, mas também fazer um trabalho de cinco, dez ou vinte, e vêem-se forçados a competir uns com os outros.

Assim com a divisão do trabalho houve a desumanização do trabalho. Devido a recente descoberta pela produtividade e competitividade, marca presente dos tempos atuais, fez surgir nas empresas algumas mudanças, dentre as quais: a emergência de movimentos que se destinam à motivação dos trabalhadores, como: os Programas de Qualificação Profissional, de Educação Continuada, de Planejamento Estratégico, de Recursos Humanos e de Qualidade de Vida no Trabalho¹⁴ - ‘Qualidade’ como atributos ou características consideradas indicadores de superioridade em relação a determinados objetos e ‘Vida’ definida como uma categoria que inclui saúde, relações familiares satisfatórias, condições financeiras estáveis etc. A Lógica é produzir “trabalhador saudável”, “empresa saudável”.

O programa Qualidade de Vida no Trabalho¹⁵ é representado, como uma estratégia que busca a satisfação do trabalhador, na tentativa de reduzir o mal-estar e o excessivo esforço físico e mental no trabalho, de forma a criar ou a definir alternativas para responder às necessidades de reprodução da vida (AMARAL, 2001, p. 99). Segundo Sampaio & Goulart

¹⁴ O conceito de qualidade existe desde os primórdios da humanidade. Mas as condições de trabalho só começaram a ser estudadas de forma científica a partir do século XVIII. Entretanto o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho só iniciou a partir do desenvolvimento de teorias sobre relações humanas em 1932. Em 1960 considerava-se como uma das dimensões da qualidade de vida a segurança e a saúde do trabalhador dentro e fora do local de trabalho. Em 1970, em razão dos Ciclos de Controle de Qualidade – CCQs, instalados nas empresas, desencadeou-se a aceleração das ações de qualidade de vida que dirigiam as estratégias direcionando o homem para que ele seja capaz de desenvolver qualquer tarefa e ficar satisfeito com o trabalho (ROCHA & FRITSCH, 2002, P. 56-57).

¹⁵ A temática relacionada à qualidade de vida no trabalho vem sendo analisada a partir da pesquisa “O discurso sobre qualidade de vida no trabalho”, integrante dos grupos de pesquisa “Discurso: sujeito, história e ideologia”, do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, com a participação de alunos do Curso de Serviço Social, bolsistas do PIBIC – CNPq/PROPEP – UFAL e do grupo de pesquisa, Serviço Social Trabalho e Direitos do curso de Serviço Social.

(1999, p. 20) , “pode-se dizer que nas primeiras civilizações já se tem notícia que teorias e métodos eram desenvolvidos com vista a alcançar tais objetivos”.

Toda a ação de Qualidade de Vida no Trabalho é um investimento na força de trabalho, porque a empresa precisa de trabalhadores sadios fisicamente e intelectualmente. Neste processo, exige-se a modificação de toda a cultura do trabalhador, reeducando-o para sua mudança de pensamento e de adaptação às novas exigências do mundo do trabalho.

Todavia, tem-se percebido que o crescimento econômico das organizações, em muitos casos, não produz, simultaneamente, o bem-estar e o desenvolvimento dos trabalhadores. Isso tem gerado a submissão a regimes de trabalho desumanos, a condições degradantes, a salários indignos, que não oferecem oportunidade para uma vida saudável e não condizem com a efetivação dos pressupostos de: saúde física, saúde psicológica, nível de independência, relações sociais satisfatórias e meio ambientes, defendidos pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

SEGUNDO CAPÍTULO

O TRABALHO FRENTE À REGULAÇÃO DO ESTADO NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Mas o dia vai chegar e o mundo vai saber, não se vive sem se dar. Quem trabalha é que tem direito de viver, pois a terra é de ninguém.

Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle

2.1 Cenário do Trabalho: saúde e segurança dos trabalhadores

A partir do século XVI, com o surgimento da manufatura, os homens, que foram separados dos seus próprios meios e instrumentos de produção, passam a se apresentar no mercado de trabalho como proprietários de sua única mercadoria: a força de trabalho - energia humana necessária ao funcionamento dos meios de produção, sem nenhuma atribuição que pudesse ser conferida ao seu comprador – capitalista ou poder público – na época de livre concorrência e ausência de intervenção do Estado em qualquer forma de “benefícios trabalhistas”.

O grande salto aconteceu com a Revolução Industrial na Inglaterra, que despertou o processo de industrialização, significando a transição do campo para as fábricas. Com o advento da Revolução Industrial, o trabalhador “livre” para vender sua força de trabalho, tornou-se presa da máquina, dos ritmos e ditames da produção para atender à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes de se tornarem cruéis e obsoletos. Assim, para Gehringer, (2002, p.85) em

1901, apenas 10% da população da Inglaterra ainda estava empregada na agricultura. Mas, no Brasil, na mesma época, 70% da população continuava na lavoura, e as perspectivas de que esse número mudasse no curto prazo eram nulas. De fato, pelos 50 anos seguintes, a economia brasileira dependeria da exportação de um único produto, o café.

O café era a principal fonte de renda do país. Em decorrência da escrividão e da pequena quantidade de força de trabalho, os grandes produtores do produto tomaram medidas para atrair a migração. Essas medidas se tornam política, a cargo do Estado, através de iniciativas de higiene e de saúde pública direcionadas a esse novo gênero de trabalhadores. Porém, a queda da bolsa de Nova York, que fez o preço do café desabar em 60% no mercado mundial, forçou a economia brasileira a tomar novo rumo, em direção à industrialização.

Entretanto, através do processo de industrialização cria-se uma nova forma de preservação da saúde da força de trabalho, requisito necessário ao funcionamento moderno do trabalho, fato que não era visto em períodos anteriores a este processo. Pois, a relação entre trabalho/saúde – constatada desde a Antiguidade e exacerbada a partir da Revolução Industrial - nem sempre se

constitui em foco de atenção. Afinal, no trabalho escravo ou no regime servil, inexistia a preocupação em preservar a saúde dos que eram submetidos ao trabalho, interpretado como um castigo ou estigma: o “tripalium¹⁶”, instrumento de tortura. O trabalhador, o escravo, o servo eram considerados peças de engrenagens, pertences da terra, assemelhados a animais e ferramentas, sem história, sem progresso, sem perspectivas, sem esperanças terrestres, até que, consumidos seus corpos, pudessem voar livres pelo terreno da metafísica.

O Brasil ingressaria, no século XX, com uma legislação trabalhista que não atendia às necessidades dos trabalhadores, mas protegia os patrões. No entanto é sabido que desde o século XIX já havia preocupações em relação à saúde pública. Essas preocupações se tornaram efetivas a partir da formação de um proletariado urbano em razão da expansão do proletariado industrial situado no Sudeste do país. No final deste século, a força de trabalho ainda não é completamente livre. Grande parte do esforço para sua manutenção vinha dos próprios trabalhadores.

Isto porque, em todas as épocas, os danos corporais e mentais que afetam a saúde do trabalhador obrigaram a procurar as suas causas e os meios necessários ao seu tratamento. Nas primeiras décadas do século XX, a questão da saúde se apresenta de forma diferente, a partir do momento que o capitalista percebe que a energia humana que ele utiliza é indispensável ao funcionamento das máquinas e ao lucro; no processo de trabalho, ele busca pressionar o Estado para melhorar a saúde da população, porque o capital dependia de um proletariado estável e saudável necessário à acumulação capitalista.

Entretanto, segundo Anglés (1991, p. 2-3), desde o “século XVIII, a Declaração Burguesa dos direitos¹⁷ do Homem proclamava a igualdade dos direitos de todos os cidadãos, inclusive o direito à saúde, o que vai modificar, de fato e de direito, a percepção e a intervenção dos poderes públicos na relação trabalho/saúde”. De acordo com a mesma autora, a aplicação desta declaração só aconteceu em função das lutas da classe trabalhadora com o objetivo de defender seus interesses diante dos privilégios da classe dominante.

O período de desenvolvimento do capitalismo industrial é caracterizado pelo aumento da produção, pelo êxodo rural e pela construção de novas populações urbanas. Neste período, segundo Dejourns (1992, p. 14), “alguns elementos marcantes podem ser retidos: a duração do trabalho, que atinge correntemente 12, 14 ou mesmo 16 horas por dia, o emprego de crianças na

¹⁶ Instrumento inicialmente utilizado na agricultura, até o século XV, feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores batiam trigo, as espigas de milho, o linho, para rasga-los e esfíapa-los (ROCHA & FRITSCH, 2002, p. 57).

¹⁷ A concepção de direitos será abordada no próximo item.

produção industrial, algumas vezes a partir dos 3 anos, e, mais freqüentemente, a partir dos 7 anos”.

Em 1910, a jornada de trabalho nas fábricas de tecelagens e de fundições era de 16 horas diárias, de seis dias por semana. Sem nenhum benefício da previdência social para quem sofria acidentes durante o processo de trabalho. Até as crianças de 7 anos de idade eram admitidas como auxiliares de produção.

As jornadas extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, às quais se submetiam mulheres e crianças, eram freqüentemente incompatíveis com a vida. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo, que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes.

Com os salários baixos, insuficientes para a sobrevivência da família, desencadeava-se alto índice de subnutrição que, aliado às precárias condições de trabalho, elevava a taxa de mortalidade fruto das precárias condições sanitárias. Em razão deste cenário, não cabe falar em ‘saúde’ em relação à classe operária da época, pois antes é necessário assegurar-lhe a sua sobrevivência.

Os operários viviam em estado de miséria. A intensidade do trabalho ameaçava a sua própria vida. O estado de pauperização dos trabalhadores é considerado um flagelo ou mesmo doença contagiosa. Em razão disto, o movimento higienista designa os meios para preservar a saúde das classes privilegiadas, fazendo-se sentir a necessidade de criar leis sanitárias. Dejours (1992, p. 15) afirma que:

A higiene designa os meios a serem postos em prática para preservar a saúde das classes privilegiadas e não a da classe operária (...). Ela se estende a tudo o que diz respeito às endemias, às epidemias, as zoonoses, aos hospitais, aos cabarés, presídios, (...). Mas ela ainda tem pela frente um outro futuro, *na ordem social*. Da investigação dos hábitos, das profissões, de todas as nuances de posições sociais, ela deduz reflexões e conselhos que não deixaram de influir na força e na riqueza dos Estados. Ela pode, por sua associação com a filosofia **e a legislação, exercer uma grande influência na marcha do espírito humano**. Ela deve esclarecer o moralista, e concorrer para a nobre tarefa de diminuir o número de *enfermidades sociais*.

Face ao surgimento e ao fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores, o movimento sanitário é introduzido efetivamente através da criação de postos de saúde pelo Estado. A

medicalização não seria suficiente como resposta para curar a miséria. Devem-se aos próprios operários as melhorias nas suas condições materiais, através dos movimentos de luta. “As lutas operárias neste período histórico tinham essencialmente dois objetivos: o direito à vida (ou à sobrevivência) e a construção do instrumento necessário à sua conquista: a liberdade de organização” (DEJOURS, 1992, p. 17).

Os principais progressos foram: a redução da jornada de trabalho, a retirada das crianças das atividades de trabalho, a proteção às mulheres, o trabalho noturno, o repouso semanal. Só no final do século XIX são obtidas leis sociais pertinentes à saúde dos trabalhadores: lei sobre a higiene e a segurança dos trabalhadores da indústria (1893); lei sobre os acidentes de trabalho e sua indenização (1898); aposentadoria dos mineiros (1905); aposentadoria para o conjunto dos trabalhadores após 65 anos (1910).

O final do século passado e início deste século marca, o cenário das grandes transformações na conjuntura econômica e social da América Latina. Neste período se consolidam elementos necessários para o desenvolvimento capitalista dos países que constituem o chamado “terceiro mundo”.

Entretanto, foi a partir da chegada dos imigrantes europeus, entre 1900 a 1930, que começaram a perceber que seu sonho de construir fortuna no Brasil não seria possível se não houvesse melhorias nas condições de trabalho. Assim eles começaram a liderar movimentos através dos sindicatos dos trabalhadores. Um marco desses movimentos de luta foi a greve instituída em São Paulo, pelos trabalhadores entendidos como “anarquistas”, porque se manifestava através de piquetes, passeatas e “perturbavam” a ordem instituída, controlada através do poder coercitivo. Estas manifestações provocaram mortes de sindicalistas que lutavam pela instituição das leis trabalhistas.

O processo de industrialização, integrante do desenvolvimento capitalista de produção, determina as condições essenciais de seu funcionamento: o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente expansão e complexificação da divisão social e técnica do trabalho.

Neste período, a saúde, considerada como direito de todos, inclusive do trabalhador, faz o Estado assumir a gestão do bem estar dos cidadãos, fazendo surgir medidas para sua preservação através da higiene pública e de normas que possam regularizar as relações e condições de trabalho. Para Anglés (1991, p.4),

é assim que a saúde pode ser considerada como um espaço onde se confrontam, pelo menos, três forças sociais contraditórias, o capital, o trabalho e o estado, mesmo que o movimento dialético que as une e as desune se encontre direcionado, em certos movimentos, em função das necessidades do capital e, em outros, em função da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, de vida e de procura da afirmação do direito à plena cidadania.

A relação saúde-doença está condicionada por fatores históricos determinados e ligados ao desenvolvimento do capitalismo, à natureza e ao nível do seu desenvolvimento. No Brasil, a saúde passou a ser percebida como uma questão social a partir do auge da economia exportadora do café, com a divisão social do trabalho.

Em 1917 surgem tendências defendendo a intervenção do Estado nas questões trabalhistas como forma de manutenção da ordem estabelecida para evitar uma eventual revolução social. Mas, foi em 1919 que apareceu a primeira legislação fabril que responsabilizava as empresas pelos acidentes de trabalho. Ainda nesse ano, em nível internacional, o Tratado de Versalhes, movimento organizado pelos trabalhadores, se constitui como marco do conflito mundial da Primeira Guerra, criando-se a Organização Internacional do Trabalho – OIT, que, em sua constituição, afirma: “Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universal, e considerando que é urgente que se melhorem essas condições...” (MUNAKATA apud OLIVEIRA, 1988, p. 50).

No período entre 1917 e a década de 1920, período de efervescência intelectual, conflito político e crise econômica no Brasil, observa-se que a luta do operariado brasileiro é marcada por várias manifestações, reivindicando melhorias salariais, regulamentação do trabalho feminino e de menores, regulamentação das entidades representativas da nova classe. O Estado utiliza todo seu aparato coercitivo para reprimi-los, ao mesmo tempo em que se munia de leis, das forças armadas no combate “às desordens”. Mesmo assim, algumas conquistas ficaram assinaladas, como por exemplo: as medidas de proteção ao trabalhador – lei de férias, acidentes de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro doença etc.

A partir desta época, a responsabilidade do Estado cresce no que diz respeito à reprodução da força de trabalho e através da legislação trabalhista cria o salário mínimo, com o objetivo de diminuir o custo da reprodução da força de trabalho.

Segundo Munakata apud Oliveira (1988, p. 51), no Conselho Nacional do Trabalho “é negado o Decreto nº 4982, de 1925, que trata da ‘Lei de Férias’. Destaca-se que “as férias só se justificariam para os trabalhadores do comércio e escritório. Além do mais, é argumentado que as férias levariam os trabalhadores ao ócio e ao vício, e que os operários preferiam aumento de salário” (idem).

A Legislação Trabalhista, por um lado, expressa as conquistas dos movimentos sindicais para garantir os direitos da classe trabalhadora. Por outro lado, significa também o controle do Estado sobre o mercado de trabalho. Parte das questões defendidas pelos trabalhadores são transformadas em direitos, através das leis trabalhistas e as outras questões são transformadas em “assistência”.

Com o desenvolvimento do proletariado urbano, em consequência do processo de industrialização, surgem novas demandas para o Estado, que passa a assumir a ‘questão social’ “como âmbito de intervenção estatal por meio de políticas assistencialistas/previdenciárias” (CORREIA, 2000, p. 29). O direito aos serviços de saúde permaneceu atrelado à existência de um contrato de trabalho e tinha caráter contributivo. Para Correia (2000, p. 30), “esses direitos diferenciavam-se por categoria, em relação à qualidade dos serviços e à quantidade de alíquotas de contribuição”.

As primeiras medidas dirigidas nacionalmente para a saúde nasceram em 1930, através da criação do Ministério da Educação e da Saúde. Os serviços prestados por esse órgão eram insuficientes para atender às condições sanitárias necessárias à manutenção da força de trabalho.

Com o domínio do capital industrial, o Estado repressor passou a regular o trabalho, a organização política dos trabalhadores, a previdência e a saúde pública. Para Yamamoto (1995), o Estado, neste momento, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só através de legislação específica mas também através de prestação de serviços básicos por intermédio de organismos estatais, para-estatais ou privados, regulados pelas políticas sociais.

Desde a década de 20, no Brasil, educadores, sanitaristas e engenheiros defendiam a organização racional, como forma de criar um país mais produtivo e melhor para todos. Os gerentes das indústrias acreditavam na racionalização¹⁸ como única solução para organizar

¹⁸ O termo ‘racionalização’ deve ser entendido como abrangendo uma grande variedade de estratégias para a reorganização do trabalho, e mesmo da vida cotidiana, de acordo com princípios que seus defensores consideram ‘científico’. O que havia de comum a todas essas estratégias era a recusa aos métodos empíricos baseados na prática e na tradição, em favor de métodos

cientificamente a produção no trabalho: aumentar a produtividade e conseqüentemente promover a paz social.

A paz social seria alcançada, porque no interior da grande indústria surgiram as formas de assistência à manutenção da força de trabalho com serviços médicos, seguros, caixas de aposentadoria e pensão que aliviavam as desigualdades sociais evitando possíveis conflitos de classe.

Os idealizadores da racionalização defendiam o desenvolvimento e a modernização das formas arcaicas de trabalho predominantes nas indústrias brasileiras da época. Neste período, exigia-se especialização técnica da força de trabalho capaz de fazer funcionar as máquinas e aumentar a produção. Exigia-se, também, maior esforço físico do trabalhador na movimentação das máquinas. Neste período o movimento operário intensificou-se. A organização dos trabalhadores se transformou na conquista do direito à vida. As suas reivindicações se diversificam em favor da proteção da saúde “do corpo como preocupação dominante”.

Com a introdução do taylorismo, nova tecnologia de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gerava novas exigências fisiológicas desconhecidas. O corpo aparece como o principal ponto de impacto dos prejuízos de trabalho.

Dejours (1992, p. 19) salienta que: “O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários”.

Assim, O corpo passa a ser o principal alvo da organização do trabalho, correndo o risco de tornar-se doente. O movimento operário busca obter melhorias das condições saúde-trabalho. É nas empresas de grande porte, mais sindicalizadas, que a evolução deste processo se fez mais rápida.

2.1.1 Particularidades das políticas de proteção à saúde do trabalhador

A força viva de trabalho produzida como fonte de riqueza, para os que a adquirem e não para os que a desgastam, ao ser posta em ação pelo trabalhador constitui-se em um gasto da força

desenvolvidos por especialistas, a partir de ‘princípios científicos’. Aplicados, seja ao trabalho na fábrica, seja à administração, ao transporte ou ao planejamento urbano, esses métodos deveriam resultar, segundo se esperava, numa maior eficiência e produtividade, que redundariam em benefícios para patrões, empregados e consumidores” (WEINSTEIN, 2000, p. 22-23).

vital, usada na realização da capacidade produtiva. Face ao processo de expropriação a que os trabalhadores estão submetidos, em decorrência do crescimento acelerado do capital e do avanço tecnológico, há necessidade de investimentos na saúde do trabalhador para mantê-lo vivo e trabalhando.

A introdução de novas tecnologias representa um incremento de produtividade com suposta eliminação de tarefas penosas ou pesadas, surgindo uma nova relação homem/máquina que ocasiona novos riscos para a saúde dos trabalhadores, envolvendo aspectos físico, mental e social.

Face ao processo capitalista de produção há necessidade de criar políticas que possam funcionar como investimento na força de trabalho. Estas políticas são as políticas de proteção social que surgiram a partir da década de 20, com legislação acidentária, sanitária e a lei Eloy Chaves, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPs, que prevê o socorro ao acidentado e aposentadoria por invalidez aos ferroviários. Nesta década a assistência à saúde esteve vinculada à previdência social, que prestava serviços médicos a filiados e seus dependentes (Cf. CORREIA, 2000, p. 29).

Assegurar a proteção e a manutenção da força de trabalho era uma preocupação dos proprietários dos meios de produção. Era necessário o estabelecimento de uma política de saúde e segurança no trabalho. Esta política passa a se configurar de distintas formas, de acordo com cada conjuntura político-econômica.

A partir de 1930 na Velha República ou Primeira República, os trabalhadores e suas organizações lutam pela redução das horas de trabalho, pela questão salarial e por melhores condições de trabalho. Nesta época o sistema previdenciário é alterado, se instituem as primeiras formas de proteção ao trabalhador através da Lei de Indenização por Acidentes de Trabalho.

O Estado até 1937 articula o processo de transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial urbana no processo de desenvolvimento da industrialização, passando a intervir em novos domínios, como nos bancos, nas siderúrgicas, na indústria, na acumulação e na equidade, apenas para os trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho.

O Estado Populista incorpora o novo movimento de massa, que já vinha se desenvolvendo há décadas, ao mesmo tempo em que o subordina ao projeto de desenvolvimento do capital. A característica principal deste governo consiste na utilização de mecanismos que atenderiam às exigências da acumulação e acomodariam as massas. Os governos promovem a centralização do

capital, levam a classe trabalhadora a acreditar nas promessas de melhorias sociais. Progresso e desenvolvimento eram fontes de aglutinação de forças e consentimento político.

Neste período o governo de Getúlio Vargas, chamado de “pai dos pobres”, começou a sancionar leis para controlar a efervescência provocada pelos movimentos de trabalhadores. É em 1940 que há a instituição do salário mínimo; em 1943 surge a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que, pela primeira vez impõe aos patrões garantir benefícios sociais a seus empregados.

Após a queda de Getúlio, com o golpe militar de 1945, é aberto um novo período na história brasileira. Seu sucessor, o governo Dutra, apresentou em seu plano ideológico, político e econômico o favorecimento à penetração de capital monopolista, reforçando a questão social.

Neste período histórico, os direitos sociais, especificamente o direito à saúde, passa a ser discutido a partir da “Declaration de droits de l’ homme et du citoyen”, mas é divulgado de maneira mais ampla no mundo após a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, aprovada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Em seu artigo 25 afirma que: todas as pessoas têm direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar próprios e de sua família, particularmente alimentação, moradia, vestimenta, assistência médica, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outra falta de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Na década de 50, o capital industrial assume um papel determinante e o Estado assume as estratégias para o desenvolvimento. Neste período as políticas de saúde vão ser formuladas em função da inserção dos trabalhadores no setor produtivo. Os primeiros trabalhadores inseridos são os das áreas urbanas. Em 1953 é criado um ministério específico para a saúde.

Nos anos 60, a ideologia desenvolvimentista é maquiada pela ideologia da modernização, a qual respalda o regime autoritário com o golpe de 1964. As novas forças vão compor-se com o capital internacional, consolidando as multinacionais. Estas introduzem novas exigências, como o objetivo de promover maiores lucros, atuando com altos níveis de exploração e barateamento da força de trabalho, garantindo grande excedente para o exterior.

O período de 1974 a 1979 é marcado por problemas de âmbito mundial, e “em nível nacional exacerba-se o desenvolvimento externo e interno, o aumento de necessidades básicas, inclusive cresceu a fome, a recessão e o desemprego” (OLIVEIRA, 1988, p. 43).

A década de 70 marca significativos desdobramentos nas mais variadas áreas, inclusive na luta pela saúde e contra a organização do trabalho¹⁹. Diz respeito à época em que a ditadura militar começa a dar sinais de esgotamento, após sua primeira derrota eleitoral, nas eleições de 1974. É no final desta década que o movimento sindical intensifica a luta, dando importantes exemplos de solidariedade de classe, de crítica ao poder legitimado na ciência, com desdobramento nas mais variadas áreas.

Para dar sustentação a esta luta, vários setores do movimento sindical se articulam em 1978 e criam a Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho – CISAT, em São Paulo; em 1980 criam o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT, importante instrumento de luta pela saúde no trabalho na sua relação com o Estado, que segue a experiência vivenciada pelos sindicatos, desde 1955, quando da criação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (LACAZ, 2001, p. 03).

No campo da saúde, na esteira das proposições internacionais de Atenção Primária, definidas como uma forma de ampliação de cobertura e de participação social durante a Conferência Mundial da Saúde promovida pelo Fundo das Nações Unidas – UNICEF, para a Infância, em Alma Ata (1978), emergem propostas dentro da OMS dirigidas a grupos populacionais de trabalhadores.

Em 1983 o organismo da OMS para as Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, lança o Documento “Programa de Acción em la Salud de los Trabajadores” (1983), com diretrizes para a implementação de programas em saúde voltados para aqueles que trabalham em rede pública.

Nesta direção, a OIT, em sua 71ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 5/6/1985; a Convenção nº 161 e a recomendação nº 171, denominadas Convenção e Recomendação sobre os Serviços de Saúde no Trabalho, determinam os princípios da ampla participação dos trabalhadores neste processo. Estas tendências internacionais propõem a

¹⁹ A organização do trabalho(...) determina não somente a divisão do trabalho, mas também a divisão dos homens. Nesse domínio(...) as relações profissionais são extremamente complexas e se atribui a elas uma parte importante do prazer. Deve-se levar em consideração esta observação em todas as situações de trabalho, pois ela remete a um setor importante da carga psíquica de trabalho(...) (DEJOURS, 1994, p.27-28). A organização do trabalho aparece na clínica psicopatológica como a expressão característica da violência que pode implicar uma generalização na ordem da técnica e não mais da teoria, como era o caso anteriormente, quando ela se abate sobre os trabalhadores que não podem mais ser sujeitos de seu comportamento (DEJOURS, 1994, p. 42).

ampliação dos direitos dos trabalhadores em consequência de sua luta política. A convenção nº 161 foi ratificada pelo Brasil através do Decreto do Executivo nº 127 de 22/5/1991.

Estas manifestações dos órgãos internacionais em 1982 delineiam a preocupação de profissionais no Brasil da área da saúde pública, surgindo a possibilidade de que a saúde tenha um papel ativo e importante na condução de um movimento que ficaria conhecido como os Programas de Saúde dos Trabalhadores - PSTs.

Neste cenário, os serviços de assistência e de vigilância no controle da nocividade dos ambientes e locais de trabalho no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, envolvem uma atuação interinstitucional que engloba órgãos da esfera federal, como as Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs, Universidades e Sindicatos, com o objetivo de tornar públicos as informações e os dados sobre as doenças dos trabalhadores.

O processo de elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988, que teve início nos anos anteriores, e no campo da saúde com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em março de 1986 e a I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores em dezembro do mesmo ano. Estes foram marcos históricos das lutas pela defesa da saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde do trabalhador e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art. 196, da Lei n. 9790/99).

Foram grandes as conquistas no campo da saúde a partir da Constituição de 1988 que proporcionou desdobramentos nas Constituições Estaduais, na Lei Orgânica da Saúde de setembro de 1990, nas Leis Orgânicas Municipais e nos Códigos de Saúde. Esta Constituição abre perspectivas para apoiar ações no domínio social, tanto por dar tratamento privilegiado aos direitos sociais que ela inscreve, quanto por oferecer instrumentos que possibilitam ao cidadão concretizar as exigências de um Estado de Justiça Social, fundado na dignidade da pessoa humana. Seu maior avanço foi à adoção do conceito de seguridade social, englobando a saúde, a previdência e a assistência social. Estas mudanças atenderam às reivindicações das classes trabalhadoras. Embora se observe, na Constituição de 1988, uma ampliação da seguridade social, Mota (1995, p.143), destaca que o preço dessa expansão está na forma de

criar as condições para se institucionalizar tanto a inclusão dos trabalhadores anteriormente excluídos do sistema de proteção social (...) quanto à expulsão gradual dos trabalhadores assalariados, de melhor poder aquisitivo, para o

mercado de serviços, como é o caso da mercantilização da saúde e da previdência privada.

Assim, as conseqüências deste processo indicam que os trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho tendem a defender as conquistas obtidas, enquanto os que são expulsos do emprego formal assistem à negação das conquistas coletivas. Os impactos destas mudanças revelam a criação de previdências próprias das empresas, voltadas para os trabalhadores que permanecem no emprego formal e os serviços de assistência social para os trabalhadores que perderam o estatuto de trabalhadores reconhecidos pelo Estado e pelo capital.

2.2 As políticas sociais e a manutenção do trabalhador

Para garantir a reprodução ampliada do capital, é necessária a conservação da força de trabalho através de intervenção constante do Estado sobre as seqüelas da questão social²⁰. Neste sentido, Marilda (1995, p. 84) afirma que:

As relações marcadamente antagônicas entre as classes determinaram um clima de tensão permanente na sociedade, onde interesses contrapostos chocavam-se, produzindo consideráveis impactos sociais. Tais impactos – sempre naturalizados pela burguesia – com o adensamento da “questão social” passavam a lhe trazer viva preocupação, adquirindo mesmo o significado de um perigo permanente. Avançando pelas rachaduras do sistema capitalista e vencendo as frágeis barreiras levantadas pelo debilitado liberalismo, a “questão social”, como um aspecto, acompanhava os passos da burguesia, manifestando-se nas mais diferentes formas.

Devido às expressões do processo de formação e ao conseqüente desenvolvimento da classe trabalhadora no que se refere ao seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe, o Estado responde a estas reivindicações com políticas voltadas para a satisfação, ao menos em parte, das reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

²⁰ A questão social pode ser entendida como um amplo aspecto de problemas sociais que decorrem a partir da instituição e expansão do sistema capitalista, através do processo de industrialização. Representa a expressão concreta das contradições capital/trabalho (MARILDA, 1995).

É a classe dominante que repassa para o Estado a tarefa de promover serviços sociais com o objetivo de manter sobre controle as massas trabalhadoras e não colocar em risco a expansão do capital. Estes serviços são construídos através do aparato burocrático estatal e constitui-se numa modalidade de intervenção definida como “Políticas Sociais” inseridas na concepção de “Direitos Sociais”, que assume um caráter necessário à preservação e ao controle sistemático da força de trabalho. Os direitos funcionam como estratégias para a manutenção da prole operária, respondendo diretamente aos interesses do capital, para garantir ao capitalismo a continuidade da mão-de-obra física, requisito necessário à expansão e ao enriquecimento do capitalista.

Historicamente, os direitos sociais regulamentados no artigo 6º da Constituição de 1988 dizem respeito “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” e vêm sofrendo alterações. O que parece ser fundamental em uma época histórica não é fundamental em uma outra. A construção de novos direitos é possível através de uma moderna forma de interpretar e pensar, gerando orientação para a sociedade a partir de seus grupos mobilizados e envolvidos com idéias coletivas.

Para Dagnino (1994, p. 82), “os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um”.

Tonet (2001, p. 68) afirma que “a própria história dos direitos, que se apresentam sob formas diversas – civis, políticos e sociais – revela, quando vista corretamente, que, muito mais do que uma concessão da burguesia, eles são o resultado de um duro processo de lutas da classe trabalhadora contra a burguesia”. Os direitos são se constituem através de um processo linear, mas de lutas que envolvem perdas e ganhos, avanços e retrocessos, onde estão em jogo os ganhos dos trabalhadores em favor dos interesses do capital.

Para Bobbio (1992, p. 18), “o elenco de direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, ...”. Ainda segundo Bobbio (1992), assim como os direitos que foram declarados no século XVIII, como a propriedade, “sacre et inviolable”, foram modificados nas declarações

atuais, os direitos sociais, que não eram mencionadas nas declarações do século XVIII, são proclamados nas atuais declarações, como outros direitos que possam surgir no futuro.

Assim, constituem-se as políticas sociais para atender a um conjunto de direitos. Elas são constituídas pela distribuição de serviços como salário maternidade, amparo previdenciário, pensões, dentre outros, destinados à complementar o salário do trabalhador para mantê-lo vivo e trabalhando. Os trabalhadores que pertencem à população produtiva que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, ou seja, os trabalhadores que pertencem ao exército industrial de reserva também são atendidos por políticas sociais porque são considerados, pela burguesia, como um subproduto do desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que são necessários também ao funcionamento do sistema capitalista. Neste sentido, Marilda (1995, p. 102) destaca que

o exército industrial de reserva, à medida que estabelece uma maior competição entre os próprios trabalhadores, contribui para a redução dos salários, ao fazer a oferta de mão-de-obra crescer em relação à demanda. Assim, as medidas assistenciais voltadas para auxiliar a reprodução dessa parcela da classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho, vêm responder aos interesses substanciais da classe capitalista, no sentido de garantir uma oferta abundante e permanente de força de trabalho a baixo custo.

Desta forma, esses trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, também devem adequar-se aos padrões estabelecidos pela ordem do capital, evitando inconformismos que venham a ameaçar o equilíbrio do sistema vigente. Por isso, o Estado, como um mediador de conflitos sociais, elabora estratégias no sentido de manter sob controle a ordem capitalista.

O Estado interage como uma instância da política econômica burguesa, regulando as relações sociais de produção; assume um papel ativo no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, através do estabelecimento de leis e da prestação de serviços sociais pelas instituições públicas e/ou privadas, garantindo ao mercado de trabalho a manutenção da força de trabalho. Sobre esse assunto, Netto (1992, p. 22) argumenta que:

a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho.

O Estado funciona como gestor na prestação de serviços sociais, como árbitro que dirige as estratégias políticas na orientação e no ordenamento da reprodução das relações sociais em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Ainda de acordo com o pensamento de Netto (1992, p. 23),

o Estado como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e a locomoção em função das necessidades e projetos do monopólio.

Segundo o mesmo autor, o papel do Estado não é somente garantir a reprodução da prole operária, mas também garantir sua própria institucionalização com mecanismos legais, ou seja, com direitos civis e sociais que viabilizem a realização de serviços que atendam às demandas inerentes ao capital, além de articular formas de controle sobre as ameaças que ponham em risco o funcionamento da força de trabalho pelo capitalista, e conseqüentemente a continuidade do sistema como um todo. A autonomia do Estado, na ótica do capitalista, se faz necessária para atuar sobre os conflitos que emergem por conta das reivindicações da classe trabalhadora, advinda das relações capitalistas de produção.

As Políticas Sociais, portanto, assumem uma dupla função: para o capitalista é um complemento fundamental à produção e a reprodução da força de trabalho humana; já para o trabalhador assalariado a prestação delas constitui a base para se manter vivo e disposto a atuar no mercado de trabalho.

Para Marilda (1995), as reivindicações históricas do proletariado, ao serem incorporadas através das políticas sociais, sofrem um processo de falsificação e burocratização, passando a ter como elementos centrais e ocultos os interesses de classe hegemônicos dentro do Estado: a acumulação e o enquadramento da força de trabalho.

É desta forma que as políticas sociais funcionam, enquanto instrumentos de controle social e político pertencente às classes hegemônicas, encobrendo o antagonismo de classe que as permeia na dinâmica da sociedade. Neste cenário, os direitos dos trabalhadores são repassados

em forma de serviços através destas políticas, que aos olhos da ideologia dominante se configuram em filantropia, “ajuda” encobrindo o antagonismo de classe para manter a classe trabalhadora explorada e equilibrada, evitando inconformismos que venham a colocar em risco a ordem vigente.

Em sua essência, estes serviços de caráter público ou privado significam uma parcela do valor criado pela classe trabalhadora que é apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, sendo devolvido a ela um percentual do valor produzido que não foi apropriado.

Na ótica dos representantes dos operários, estes serviços se constituem em respostas às lutas reivindicatórias da classe trabalhadora por direitos sociais necessários à sua condição de sobrevivência. Mas para Marilda (1995), a expressão direitos sociais é uma forma de justificar a cidadania, embora sua fundamentação histórica sejam as desigualdades sociais que se fazem presentes na sociedade de classes.

Eis porque as políticas sociais e os serviços dela derivados passaram a ser vistas, nas melhores análises marxistas, como um fenômeno contraditório, porque ao mesmo tempo que respondem, positivamente, aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhes ganhos reivindicatórios nas lutas contra o sistema capitalista, também atendem aos interesses dos representantes do capital, preservando o potencial produtivo da mão-de-obra e, em alguns casos, desmobilizando a classe trabalhadora. Em resumo, o que se observa é que as políticas sociais não podem ser analisadas de forma linear, como uma função apenas das necessidades do desenvolvimento capitalista, ou como o resultado apenas das lutas políticas da classe trabalhadora organizada.

Isto porque, se por um lado os direitos sociais, reconhecidos legalmente pelo Estado, se tornam utopia por não serem reconhecidos legalmente na prática, por outro lado, neste processo, verificam-se as constantes lutas dos trabalhadores pelo reconhecimento de sua cidadania: defesa de salários justos; direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer etc.

Nesse sistema excludente, a classe trabalhadora é fragmentada em "populações-alvo". Essa população é atendida por diferentes modalidades de serviços sociais, ou seja, para cada parcela da população o Estado destina políticas diferenciadas, com o propósito de particularizar os conflitos referentes à relação trabalhadores e proprietários dos meios de produção.

Os trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho são atendidos pela política de seguro social; já aos excluídos deste mercado, ou seja, aos inadequados a este modo de

produção, é destinada a assistência social que mantém os trabalhadores desempregados como assistidos, beneficiários, favorecidos pelo mecanismo regulador do Estado e não como usuários, cidadãos gestores de serviços a que têm direito. De acordo com o pensamento de Marilda (1995, p. 101-102),

se a política salarial é o elemento determinante do nível de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista, é, portanto, o elemento mais fundamental de qualquer política social. Porém, no discurso do capital e do Estado, a política salarial é abstraída e segmentada do conteúdo das chamadas políticas sociais.

No Brasil, a política salarial é relegada a um papel secundário no conjunto das demais políticas governamentais e tem sido pautada por um conteúdo eminentemente compensatório e excludente, de base assistencialista, no que diz respeito aos mecanismos de proteção social pelo Estado.

Do salário que o trabalhador recebe pela venda da sua capacidade de trabalho depende a satisfação das suas necessidades de sobrevivência, assim como as de sua família. No entanto, apesar de os empregados receberem salários regulares, estes não são suficientes para atender às suas necessidades; os trabalhadores precisam de uma complementação por parte do Estado para lhes assegurar as mínimas condições de sobrevivência.

A nova gestão estatal da força de trabalho incorpora o processo de precarização como inevitável, definitivo e como parte das novas experiências do trabalho. A hipótese é a de que o trabalho teria perdido sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade, razão pela qual a assistência focalizada e os programas de renda mínima fazem contrapartida à desregulamentação da proteção social ao trabalhador. Toda essa estratégia utilizada tem como conseqüências a fratura da dimensão coletiva das necessidades dos trabalhadores empregados ou não, e a diminuição do acesso a meios de bem-estar como um direito social.

2.2.1 O neoliberalismo é a redução do Estado

Foi no início dos anos 80 que se percebeu a falência econômica, em consequência da crise estrutural²¹ do Estado, caracterizando o aparecimento de um estado mínimo que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos, apoiando a abertura da economia em nome da soberania do mercado livre.

De um lado, são colocados os programas macroeconômicos de integração, através de políticas neoliberais de livre comércio, de desregulamentação financeira, de enxugamento do Estado, de desnacionalização econômica e de especialização produtiva. De outro lado, sofrem reformulações as políticas sociais e trabalhistas, os contratos de trabalho, a redução do poder sindical, com vista à flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Assim, o neoliberalismo alterou as propostas de gastos sociais, desativou os programas e reduziu a intervenção do Estado no campo social. Assim, muitos dos serviços assistenciais foram “assistencializados”, isto é, retirados do campo dos direitos sociais. Com a retração do Estado no campo social, os antigos mecanismos de proteção social desenvolvidos por meio de políticas sociais se desintegraram, isto porque, em lugar do compromisso governamental com o pleno emprego, com políticas sociais universais e com o estabelecimento de mínimos sociais como “direito de todos e dever do Estado”, predominam políticas seletivas, residuais, casuais, ou seja, políticas direcionadas apenas para a pobreza extrema.

Os ajustes macroeconômicos do programa neoliberal reformularam os sistemas de proteção social, orientando-os para a sua privatização, descentralização e focalização. Foi no governo do então Presidente da República, Fernando Collor, que teve início o processo de abertura da economia ao mercado internacional. Com a falência do seu governo, as premissas básicas de seu programa são continuadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, Teixeira (1996, p. 225) diz que “não seria exagero afirmar que os governos de Collor e FHC adotam, na sua essência, as propostas preconizadas pelo consenso de Washington”²², ou

²¹ Antunes afirma haver uma crise estrutural impactante, na qual o capital tem buscado alternativas para se superar. “Foram tão intensas as modificações que se sucederam no processo de trabalho e de produção capitalista, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (...) Vivem-se tantas formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos ao trabalho” (ANTUNES, 1997, p. 71-72).

²² Sobre o programa econômico brasileiro desenvolvido nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique, seguindo as orientações do consenso de *Washington* e interferindo no processo de reestruturação produtiva do país, cf. Amaral 1999.

seja, que ambos os governos defendem as propostas de retração do Estado do campo social e apóiam a abertura da economia em nome da soberania do mercado livre.

Ainda de acordo com o pensamento de Teixeira (1996), o governo de Fernando Henrique Cardoso prega abertamente a necessidade de se passar de uma fase estatal do desenvolvimento econômico e social para uma outra fase, na qual a sociedade passa a comandar, a partir de si mesma, ações para combater a miséria, a fome e a marginalidade social.

A política neoliberal, conseqüente do processo de globalização, por um lado desregulamenta as finanças, enxuga o Estado e desnacionaliza a economia, estimulando os instrumentos estrangeiros. Por outro lado, desmotiva as oportunidades nacionais. Para Mota & Amaral (2001, p. 9), “o neoliberalismo, como ideário econômico e político, é expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica”.

A reformulação das políticas sociais trabalhistas, a descentralização e a focalização dos gastos sociais são medidas utilizadas para o ajuste fiscal e a desregulamentação do mercado de trabalho, percursos para “flexibilização dos contratos, redução do poder sindical, retirada de direitos, cortes de salários e substituição de custos empresariais por benefícios públicos na qualificação da mão-de-obra” (POCHMANN, 2001, p. 9).

Com o neoliberalismo os direitos sociais, sobretudo os direitos à proteção do trabalhador, foram flexibilizados, e enfraquecido o poder dos sindicatos de reivindicá-los. Para Amaral (2001, p. 210), “a ideologia neoliberal conseguiu ao longo de sua história atingir e enfraquecer a força mobilizadora do mundo do trabalho, gerando uma grave crise no processo de sociabilidade (...) a ideologia conseguiu transformar as conquistas dos direitos coletivos em responsabilidades individuais, de modo que o direito ao trabalho foi transformado em ‘privilégios’...”.

Com o livre mercado e a retração do Estado no campo social, os trabalhadores encontram-se libertos para usufruir e dispor de suas capacidades pessoais e de seus bens, sendo obrigados a prover a sua auto-sustentação no mercado, pois o Estado deve interferir o mínimo possível na liberdade dos indivíduos: essa é a tese dos defensores do neoliberalismo.

A proposta neoliberal significa o corte nos gastos sociais e a conseqüente desativação dos programas sociais públicos, como: saúde, educação, transporte, fundos de aposentadoria e pensão etc., que devem ser concedidos e explorados comercialmente pelo capital privado,

provocando a desregulação das relações de trabalho, retirando-se da esfera pública e submetendo-as às condições do mercado.

De acordo com a ideologia neoliberal, os cortes nas áreas sociais passam a ser uma medida necessária para a diminuição do déficit público. Por conta disto, há o desmonte das políticas sociais no que diz respeito aos programas sociais, diminuição dos benefícios da seguridade social, criminalidade da pobreza e a valorização de mecanismos de ajuda social: filantropia social e empresarial, ações voluntárias, dentre outras, programas como os de responsabilidade social que surgem para compensar velhas formas de serviços sociais necessários à manutenção do trabalhador e da sua prole.

Os sindicatos enfraquecidos e desmobilizados não têm força para lutar pelos direitos coletivos. Os trabalhadores são forçados a consentir, através de suas representações, com os interesses do capital; foi o que se pôde observar no cenário político da década de 90 no Brasil.

Assim, a década de 90 foi marcada por substantivas mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados do IBGE, a recessão econômica deste período intensificou a abertura comercial, o ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, o plano de estabilização econômica e o processo de privatização, o que refletiu na ocupação, na desocupação e na renda das pessoas. Ainda, segundo dados do IBGE, houve redução do

número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, expandiu-se o número de trabalhadores nos setores de 'prestação de serviços' e do comércio. Assim, declinou o número de pessoas trabalhando com carteira assinada e aumentou o número de pessoas trabalhando sem carteira assinada e por conta própria²³.

A desregulamentação do trabalho implica a redução do conjunto de direitos dos trabalhadores. No Brasil, as causas que desencadearam este processo foram a valorização da produtividade, a introdução das empresas brasileiras na competição econômica nacional e internacional, a redução do "Custo Brasil", justificativas para as reformas da legislação trabalhista.

Mota (1995) afirma que a justiça, ao tentar fazer a Revisão Constitucional, tenta redefinir as condições do trabalho. O objetivo é a desregulamentação: quebra e redução da legislação de

²³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cf. WWW. Ibge.gov.br

proteção ao trabalho, processo que está se realizando nos demais países capitalistas, que abre caminho ao pleno domínio do mercado. A mesma autora (1995, p. 15) destaca que “a desregulamentação: a quebra, a redução ao mínimo da legislação de proteção ao trabalho, abriu caminho ao pleno domínio do mercado”. Isto repercute profundamente nos estatutos e nas garantias sociais, nas condições de vida e de trabalho e reflete diretamente na saúde dos trabalhadores.

Com a globalização de produtos e de serviços, os países em desenvolvimento adotaram normas rígidas de gestão dos gastos públicos, com o propósito de equilibrar e aumentar os lucros da empresa. Isto implica os direitos sociais, como os relativos à previdência social e aos salários indiretos. Além da adoção destas normas, no Brasil, tem se intensificado a taxa de desemprego e subemprego. Segundo dados do IBGE, desde julho de 1994, período de lançamento do Plano Real, a indústria brasileira eliminou 38% dos seus postos de trabalho. Nas estatísticas do DIEESE para o período de março de 1998, o desemprego na região metropolitana de São Paulo atingiu 18,1% da População Economicamente Ativa – PEA.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PENAD, (1999) demonstram que a taxa de ocupação no comércio de mercadorias apresentou aumento de 2,1%, igual ao observado de 1997 para 1998. O contingente que mais contribuiu para esse crescimento foi o dos empregados sem registro, que subiu 9,8%. A parcela dos empregados com carteira de trabalho assinada, que representava um terço das pessoas ocupadas no ramo do comércio de mercadorias, foi a única que teve redução (2,7%).

As alterações legais que compõem a desregulamentação e flexibilização dos direitos sociais, sobretudo os de proteção ao trabalhador, são justificadas na perspectiva do aumento da produtividade e da competitividade internacional, das empresas brasileiras, e requerem um processo de negociação entre empregadores e sindicatos. Ao mesmo tempo surgem “os impactos negativos do processo de reestruturação produtiva, que trouxe grandes perdas para o trabalhador, atingindo conseqüentemente a sua saúde” (FREIRE, 2000, p. 168).

Para os neoliberais, somente o mercado é capaz de coordenar e estruturar socialmente os problemas sociais. O mercado constitui-se em um mecanismo imprescritível na solução dos problemas referentes a emprego e renda em toda a sociedade. Por isso, só a partir de um mercado liberal todos os problemas da humanidade poderão ser resolvidos.

No entanto, o investimento em políticas sociais nas áreas de educação (básica e secundária) e saúde (coletiva, preventiva e primária), afastadas do campo social nos anos 80, voltou a fazer parte da agenda de reformas e de redirecionamento do gasto social nos anos 90. Isto porque as exigências impostas pelas novas tecnologias fizeram o Estado intervir mais no campo da saúde e educação do trabalhador em decorrência da modernização da economia e da intensificação da competitividade sistêmica, na busca da integração e do crescimento sustentado do mercado para atender às exigências de mão-de-obra qualificada. Neste período, segundo Teixeira (1996), “o Estado adota uma política de incentivos de geração de emprego e renda e políticas compensatórias, tais como seguro-desemprego, fixação de um salário mínimo, transporte subsidiário ...”.

A lógica atual é capacitar trabalhadores para que estes sejam aptos à decodificar instruções, calcular, programar e gerenciar processos. Só desta forma os trabalhadores serão capazes de assimilar com rapidez as contínuas e rápidas inovações a que estão submetidos. Logo, os trabalhadores que estão fora do mercado formal também deverão ser capacitados; o objetivo é a minimização da pobreza através de políticas que capacitem os setores despossuídos a produzirem e adquirirem independência, inclusive do assistencialismo emergencial. Essa estratégia parte do princípio de que a pobreza, desprovida do acesso aos bens e serviços básicos, agravou-se, constituindo na atualidade perigo à modernização das economias e a sua conservação na dinâmica tecnológica.

Todavia, a eliminação da pobreza, ou seja, a diminuição dos graus mais gritantes de desigualdades sociais e a ampliação do acesso das camadas desfavorecidas aos benefícios do crescimento econômico, constituem também condições da estabilidade política. Em outras palavras, a estabilidade dos ajustes do Estado estará comprometida se os piores desequilíbrios sociais não forem eliminados ou ao menos apaziguados.

Em síntese, o Brasil caminha para o ano 2000 carente de uma política social integrada, edificada sobre as bases e os princípios da constituição plena da cidadania, da igualdade e da justiça social. O Estado é incapaz de assegurar à maioria dos trabalhadores condições mínimas de sobrevivência que correspondam aos direitos básicos do cidadão. Isto implica mudanças estruturais nas empresas, atingindo, principalmente o seguro-desemprego, a redução dos benefícios da previdência social, a segmentação dos custeios dos programas de assistência social e de saúde, e estimula a criação de instituições privadas de previdência complementar.

Portanto, as políticas sociais, como mecanismo de regulação da questão social, não desapareceram, porém foram reestruturadas na tentativa de responder aos desafios impostos pelas metamorfoses da "questão social". No entanto, essa reestruturação se realiza em detrimento de um projeto que tem na "liberdade igualitária" a sua referência central. Isto significa um resumo alternativo dos problemas sociais, porém revela-se como um fator que os reforça ainda mais, exigindo dos que estão fora do padrão estabelecido pelo mercado, mais determinação e preparo intelectual e político para lutar pela permanência dos valores de uma sociedade realmente livre e igualitária.

TERCEIRO CAPÍTULO

A NECESSIDADE DE REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Assim, todos, juntos, continuavam a sua vida cotidiana, cada um a seu modo, com ou sem reflexão; tudo parecia seguir o seu rumo habitual, como em situações extremas, nas quais tudo está em jogo, e a vida continua como se nada acontecesse.

Goethe

3.1 A entidade em questão

Para melhor compreender a especificidade de saúde do segmento de trabalhadores comerciários²⁴, é necessário destacar as mudanças nas relações capitalistas de produção, no cenário político nacional e a conjuntura em que emerge o SESC, enfatizando os objetivos e as finalidades, desta entidade, especificamente em Alagoas.

A década de 40 é marcada pela necessidade de iniciativas intervencionistas que possibilitem o desenvolvimento do país. Entre estas medidas destaca-se o projeto de desenvolvimento industrial instituído, em 1945, por Roberto Simonsen²⁵. Este projeto trata de reformas econômicas e sociais que pressupunham a elevação da renda “per capita” da população brasileira. O objetivo era atender as necessidades básicas de reprodução da classe trabalhadora e melhorar a sua qualidade de vida. Vinculado aos interesses da burguesia, este projeto não significou aumento de bem-estar para a força de trabalho, mas oportunizou o crescimento da produtividade e do lucro para os proprietários dos meios de produção.

Com o agravamento da questão social, determinada pela ausência de garantias à reprodução da força de trabalho, pela falta de condições a formação de um mercado interno e pelo acirramento do conflito capital/trabalho, o Estado “preocupa-se” em desenvolver iniciativas que possam promover a paz social no país.

Neste contexto, é necessário associar diversas instituições para criar estratégias de promoção do bem-estar social e desenvolvimento econômico, pois, à falta de condições básicas de sobrevivência dos trabalhadores - baixos salários e conseqüente estado de pauperização: fome, doenças, principalmente tuberculose - refletia na baixa produtividade no trabalho e em riscos ao desenvolvimento da Nação. Para o SESC (1997, p. 4),

as causas sociais e econômicas que produzem imensos contingentes de trabalhadores cujo salário é insuficiente para atender às suas necessidades básicas e às de suas famílias. Tenderão a ser atenuadas com crescimento econômico e melhor distribuição de renda, de tal modo que todos possam prover com dignidade o seu sustento, e ter acesso a serviços públicos essenciais que atendam com eficiência aos que a eles recorrem.

²⁴ Durante a análise utilizaremos a expressão trabalhadores comerciários para designar os trabalhadores que estão ativamente trabalhando no comércio de Maceió e que são associados ao SESC/AL.

²⁵ Roberto Simonsen, representante da ala mais moderna da burguesia industrial, encaminha o projeto de desenvolvimento defendendo a intervenção estatal, e traz consigo significativo número de trabalhadores, por força da ideologia do progresso e do desenvolvimento. É um dos intelectuais orgânicos da burguesia industrial, um dos teóricos do modelo intervencionista,(...) via na intervenção estatal a forma de organização da sociedade (OLIVEIRA, 1988).

É necessário ao Estado planejar estratégias que possam eliminar obstáculos e propor iniciativas que favoreçam o desenvolvimento e o progresso social. Enquanto soluções estruturais não são definidas pelo poder público, é necessário atender aos que vivem em situação de vulnerabilidade social, através de entidades sociais que possam atuar na ausência destas soluções.

A classe dominante, em virtude do baixo índice de produção dos trabalhadores propõe ações intervencionistas com o objetivo de equilibrar os custos, reproduzir a força de trabalho e apaziguar possíveis situações de conflitos. Surge proposta de capitais privados e capitais públicos interagirem na busca de soluções.

Em Teresópolis – 1945 -, na histórica Conferência das Classes Produtoras, líderes do comércio, da indústria e da agricultura reuniram-se para encontrar o caminho da justiça social. Os objetivos traçados pelos representantes destas áreas tinham em consideração “o desenvolvimento do país, através do aumento da produtividade, do fortalecimento da ordem social e da valorização do trabalho humano” (SESC, 1977, p. 11), sobretudo da manutenção da paz social.

O Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, usando a atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição de 1946, considera que é dever do Estado contribuir na melhoria da qualidade de vida da coletividade e em especial das classes menos favorecidas. Sendo necessário pôr em prática um programa de assistência ao trabalhador do Brasil, que viesse fortalecer a ordem social e a valorização do trabalho humano, o que levaria o país a uma maior produtividade e enriquecimento.

Assim, em 1946, o SESC foi implantado em consequência do Decreto – Lei nº 9.853, que conferiu à Confederação Nacional do Comércio, órgão máximo de sua categoria, o encargo de criar uma entidade que atendesse aos trabalhadores do comércio e suas famílias. Seria fundamental priorizar a área social, focada nos principais problemas nacionais em espaços onde houvesse maior defasagem de atendimento das políticas públicas e funcionasse como instrumento de “transformação e progresso social”.

A criação do SESC foi resultado das reivindicações das organizações sindicais e dos empresários do comércio, sob a idealização de João Daudt d’Oliveira, que destaca a importância desta entidade para “contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho em nosso País, num plano superior de entendimento recíproco”²⁶.

²⁶ Referência de João Dant d’Oliveira, quando assumiu a Presidência da Conferência Nacional do Comércio, em janeiro de 1946, para a Carta da Paz Social que se originou a partir da Conferência de Teresópolis de 1945 (CF., SESC. Os fatos no tempo, 1997, p. 11).

Esta entidade de natureza assistencial foi inspirada de acordo com um princípio tradicional, consubstanciado também na constituição de 46, pela qual se delegava à iniciativa privada a criação e manutenção dos serviços de assistência social. No art. 1º de sua legislação, o SESC (1992, p. 17) destina-se a:

planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática (...).

O SESC é mantido a partir da iniciativa de empresários do comércio e serviços de todo o Brasil. Sua missão principal é promover o bem-estar social do trabalhador comerciário, da sua família e, de forma geral, de toda a comunidade que, direta ou indiretamente, é atendida pelos seus serviços.

O custeio destes serviços advém da contribuição dos trabalhadores comerciários e dos trabalhadores de atividades assemelhadas, calculada sobre o montante das folhas de pagamento. Desde a criação do SESC, a contribuição era de 2%. A lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, reduziu-a para 1,5% (SESC, 1977, p. 22). Nesta década esta alteração afetou, consideravelmente, o atendimento das famílias comerciárias.

A arrecadação é realizada pelo Instituto Nacional de Previdência Social através da guia de recolhimento GR-1. “Integra a Taxa Única, juntamente com a contribuição devida ao INPS, ao SENAI, FUNRURAL, INCRA, 13º salário, salário-família, salário-educação e salário maternidade” (SESC, 1977, p. 23). Também constituem recursos do SESC as rendas originárias da prestação de serviços, de mutações de patrimônio e de locação de bens de qualquer natureza.

Para diminuir os custos de arrecadação e aumentar sua eficiência, o SESC colocou em execução o Plano Integrado de Arrecadação, que se constitui no acompanhamento, junto ao INPS, até o esclarecimento às empresas sobre a forma de preenchimento das guias de recolhimento. Juntamente com este plano foram criados planos integrados de informação, de assistência técnica, de investimentos, de desenvolvimento de recursos humanos, de análise de programas, de análise e controle de custos dos programas, de promoção institucional e plurianual de trabalho.

No entanto, “as contribuições compulsórias em favor do SESC são creditadas às Administrações Regionais na base de 80 por cento. Os vinte por cento restantes destinam-se à Administração Nacional, depois de descontadas as despesas administrativas” (SESC, 1997, p. 23). Deste percentual, a administração nacional, pode destinar 10% às regiões deficitárias para custear serviços que atendam às necessidades dos trabalhadores, que estejam inseridas nas finalidades da instituição. Também poderá destinar 15% para os órgãos regionais construírem obras, adquirirem imóveis, melhorarem instalações e equipamentos.

O SESC é fiscalizado e monitorado pelo Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência e Assistência Social e por instituições públicas e privadas de áreas afins. Sua ação se estende aos trabalhadores e seus dependentes e aos diversos meios ambientes que condicionam a vida do trabalhador e da sua família.

O caráter privado do SESC não impede que ele mantenha relacionamento com o governo, já que a sua criação se deu em consequência de decreto-lei e as modificações da entidade ocorreram através de legislações oriundas do governo federal, dispensando-o de subscrição compulsória instituída pela lei nº 4.380, de 1964. Além desta lei, “o Decreto nº 62.412, de 15 de março de 1968, delegou poderes ao Ministério do Planejamento para aprovar o orçamento do SESC, e o Tribunal de Contas da União passou a examinar as prestações de conta das Administrações Regionais, além da Administração nacional” (SESC, 1977, p. 29).

Os campos de atuação do SESC situam-se dentro da área social. Nos primeiros anos de sua implementação houve uma preocupação maior com os serviços assistenciais na área da saúde, como: maternidades, sanatórios, serviços de prevenção da tuberculose, além de clínicas médicas ambulatoriais, serviços de vacinação, entre outros, que se destinavam a atender aos problemas de saúde dos trabalhadores do comércio e da sua família. Outra área de atuação era a de habitação, que oportunizou a construção de conjuntos habitacionais. Nesta época a ação do SESC estava distribuída em quatro campos de atuação: saúde, nutrição, educação e lazer.

No campo da saúde, o SESC atuava através da assistência odontológica, medicina preventiva e educação sanitária. Os serviços prestados eram tratamento clínico, atendimento de casos de urgência, trabalhos protéticos e prevenção profilática. Seu primeiro desafio foi a luta contra a tuberculose, principal causa de morte nos anos cinquenta. Este trabalho pela saúde social estendeu-se na assistência à maternidade e à infância. Devido ao alto índice de óbitos no parto, o

SESC mobilizou-se contra este flagelo, criando maternidades-modelo, e realizando trabalhos de orientação e educação às famílias.

Para atender melhor a sua clientela, que a cada dia crescia, o SESC planejou e construiu uma rede de atividades em todo o país, com infra-estrutura destinada às atividades educacionais, culturais, recreativas e médico-assistenciais.

Percebe-se que a preocupação, nesse período, se estendia especificamente à medicina curativa que, por sua vez, se diferenciava dos serviços desta mesma natureza prestados pelo INPS. Assim o SESC (1977, p. 24) procurou

apenas a responsabilidade de prevenir os comerciários contra doenças ou dar-lhes meios de conservação da saúde. Eis porque os serviços médicos prestados têm características de apoio e quase sempre são exercidos nas unidades operacionais, onde os beneficiários estudam, divertem-se, alimentam-se, passam férias, praticam esportes, etc. A prevenção é feita através de exames periódicos ou por ocasião da pré-admissão de empregados.

A educação sanitária destina-se a fazer com que os indivíduos adquiram hábitos, atitudes e comportamentos que permitam construir e melhorar sua saúde. Esta prática era trabalhada através de contatos individuais, treinamentos etc.

Soma-se aos programas de saúde os programas de nutrição. São servidas nos refeitórios do SESC refeições; “a vantagem do programa é que, além de as refeições serem oferecidas por preços baixos, são preparadas dentro dos preceitos científicos da nutrologia, para proporcionar um balanceamento e revestir-se de rigorosas condições higiênicas” (SESC, 1977, p. 24).

O SESC também atua na área de educação, complementando a educação do ensino, possibilitando aos seus associados atualização ou complementação escolar, especificamente através dos cursos de educação supletiva.

Durante seus 30 anos de existência o SESC foi citado por entidades nacionais e internacionais como uma entidade que atua “em favor da manutenção do clima de harmonia e compreensão entre empregadores e empregados, que se firma cada vez mais ao longo do tempo” (SESC, 1977, p. 25).

Para cumprir com as suas finalidades e alcançar seus objetivos, o SESC conta com uma Administração Nacional formada por Conselho Nacional (órgão deliberativo), Departamento

Nacional (órgão executivo) e Conselho Fiscal. É o Departamento Nacional do SESC que indica as diretrizes gerais de ação a serem aprovadas pelo Conselho Nacional, e elabora normas gerais para sua aplicação, entre outras competências.

Sua ação se destina a prestar serviços sociais adequados às necessidades locais, regionais e nacionais, atuando tanto nos grandes centros, como nas comunidades mais distantes, como agência prestadora de serviços, possuindo como diretriz básica “a de um trabalho eminentemente educativo que permeia direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços desenvolvidos, fazendo com que os mesmos ultrapassem seus objetivos mais imediatos (...)” (SESC, 1977, p. 11).

Para alcançar suas finalidades, o SESC (1997, p. 8) , através de uma ação planejada e organizada, baseada nas principais necessidades conjunturais do país, desenvolve através de projetos específicos de sua ação, em parceria com órgãos afins, serviços que visam atender os seguintes objetivos:

- 1 - Fortalecer, através da ação coletiva, propositiva e transformadora, a capacidade dos indivíduos para buscarem, eles mesmos, a melhoria de suas condições de vida;
- 2 - oferecer serviços que possam contribuir para o bem-estar de sua clientela e melhoria de sua qualidade de vida;
- 3 - Contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural.

Para alcançar estes objetivos, a entidade dispõe de unidades físicas, instalações e equipamentos que, em parceria com os empresários que a mantêm, possa melhorar as condições de trabalho, aumentar a produtividade e elevar as condições de vida dos trabalhadores do comércio.

Percebe-se a “preocupação” do SESC com a reprodução da força de trabalho, tendo em vista a defesa dos salários reais dos trabalhadores do comércio e incentivo à atividade produtora. Neste processo, “os mais beneficiados são mesmo os empresários, que arranjam nesta forma de ação, a saída para a diminuição dos seus custos em salários, aumentando a produtividade, ao mesmo tempo que implementam o seu projeto de sociedade, no qual a dominação de uma classe sobre a outra se perpetua” (OLIVEIRA, 1988, p. 142).

Além dos serviços oferecidos em suas instalações físicas fixas e móveis, aos seus associados, o SESC (1997, p. 11), atua também nas comunidades:

compreende-se por tal a rua, a praça, os prédios públicos e privados pouco utilizados, alcançando a população em geral, sem exclusividade para o comerciário, com ações que tenham mais objetivos abrangentes. Faz parte desse espaço, também, de forma mais abstrata, o trabalho da Entidade enquanto participante propositivo e criativo de ações sociais interinstitucionais e, particularmente, enquanto agente de transformação e de progresso social .

Um dos pontos destacados pela entidade é a qualificação da força de trabalho, um dos fatores fundamentais ao desenvolvimento do capital e das forças produtivas. O patronato brasileiro, através do sistema “S” - redes de educação profissional, como: Serviço de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Social da Indústria – SESI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Serviço Social do Comércio – SESC, exigia a manutenção da força de trabalho.

A finalidade dessas instituições, diferentemente das estatais, se voltava para a reprodução ampliada da força de trabalho através da educação profissional, do lazer e do comunitarismo fabril; seu alvo é a família operária. O SESC e o SESI são exemplos da tentativa de expansão de um projeto nacional fundamentado em princípios liberais de livre concorrência.

3.1.1 Revisão das diretrizes do SESC ao longo da história

No 5º ano de atuação do SESC, foi promovida uma revisão das suas ações institucionais, orientando-as para um trabalho social específico. Esta revisão evitou a duplicidade de ações com o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários – IAPC que desenvolvia ações similares ao SESC.

A ampliação das áreas de atuação do SESC fez modificar toda a sua estrutura. Na sua evolução, marcos importantes aconteceram, como as Convenções de Técnicos; “a partir delas nascem às novas orientações e as novas diretrizes que servem para adequar a missão da Entidade às reais necessidades” (SESC, 1977, p. 20).

Os debates ocorridos na I Convenção Nacional de Técnicos do SESC, realizada em Bertoga - São Paulo, em 1951- fóruns de discussão técnica que vão acontecer até 1973 a intervalos médios de quatro anos - congregavam todos os departamentos regionais e tratavam das linhas de atuação e das proposições metodológicas a ser seguidas pela instituição.

Na primeira Convenção se pensou em criar e desenvolver obras recreativas, associativas e culturais. Através desta convenção procurou-se suprir as necessidades de assistência técnica das administrações regionais. Estudou-se a planificação das construções das colônias de férias e centros de veraneio. Procurou-se homogeneizar e coordenar os procedimentos entre administração nacional e as administrações regionais. Intensificaram-se as atividades educacionais e culturais e efetivou-se uma política de divisão de trabalho com o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários.

Esta Convenção reuniu técnicos de todo o país para elaborar recomendações aos diversos setores de atuação do SESC. Desta Convenção constou o Programa Geral de Ação que apontou os problemas de ação desta entidade, sendo formuladas ao seu término 14 recomendações a serem seguidas pelos diversos setores de atuação.

A segunda Convenção foi realizada em Belo Horizonte em 1956, e tratou sobre: serviços assistenciais, serviços de saúde, técnicas de serviço social, colônia de férias, organização racional do trabalho, recrutamento, formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico, relacionamento do SESC com outras entidades e problemas administrativos. Surgiram desta convenção 31 recomendações.

A década de 60 consolida a linha de educação social, aprofunda as formas de participação nas atividades de organização das comunidades através de ações conjuntas, envolvendo governo, entidades civis e representações de comunidades.

A terceira Convenção se realizou no Rio de Janeiro, em Macaé, em 1961. Houve representação de técnicos dos departamentos que debateram anteprojetos do Plano Geral de Ação e do Regimento Padrão das Administrações Regionais. Também foi analisado, na ocasião, o regulamento do SESC e foi discutida a política de pessoal.

Em 1962 acontece o Primeiro Seminário do Comerciário, em Natal; o segundo, em Recife em 1963, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas sociais da categoria. Os temas abordavam questões relacionadas ao cooperativismo, doutrinas sociais, além dos problemas enfrentados pela categoria.

A quarta Convenção foi realizada em Petrópolis em 1969. Foram discutidas, somente, a revisão de diretrizes gerais e a adoção do planejamento integrado e foi estudado um documento do Departamento Nacional – ND que continha os seguintes princípios: “a ação educativa do SESC”; a “prioridade no atendimento a comerciários de menor posse”; e a “participação dos

comerciários na programação” da entidade. Nesta Convenção sistematizou-se a política de ação do SESC como “entidade cujo fim último, político-social, é a paz social entre trabalhadores no comércio e seus empregadores” (SESC, 1977, p. 21).

Assim, foram indicados campos prioritários para atuação do SESC: lazer, educação e alimentação. Nesta convenção o SESC reavalia seu Plano Geral de Ação e, na III Convenção de Técnicos, verifica-se a educação como área que permeia todas as demais ações: saúde, alimentação e cultura.

A década de 70 foi identificada como “a era do lazer”, também dos trabalhos comunitários e das unidades móveis que levaram o SESC aos lugares onde não existiam unidades executivas. Este período foi marcado pelas instituições de centros de atividades que objetivavam a promoção social do homem como meta principal dentro das diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, além da viabilização de parques, colônias de férias e restaurantes para os trabalhadores.

As considerações produzidas na IV Convenção Nacional de Técnicos subsidiam a elaboração das Diretrizes Gerais de Ação do SESC. As diretrizes redeterminam os campos prioritários de ação desta entidade: o Lazer, a Nutrição, a Educação e a Saúde. A partir de 1973, as Diretrizes Gerais de Ação substituem o Plano Geral de Ação.

A quinta Convenção aconteceu no Ceará em 1973. Esta Convenção tratou sobre o anteprojeto das normas para aplicação das diretrizes gerais de ação do SESC. Posteriormente, houve estreito relacionamento entre a administração nacional com as administrações regionais, no sentido de estudar e debater idéias, manter intercâmbio de experiências, resultando na uniformidade de pensamento entre os órgãos regionais na execução do Plano Geral de Ação do SESC.

Os anos 80 foram considerados o momento da cultura como eixo principal das programações da entidade. Nestas duas décadas, 70 e 80, período do auge do desenvolvimento econômico, percebe-se a ênfase nos serviços de cultura e lazer. Em 1981, o DN implementa projetos específicos nas áreas de Cultura, Lazer, Saúde e Educação. Neste período, surgem os Projetos: SESCOciência; ArteSESC; oficinas de música, teatro, cinema, artes plásticas e dança. Na área da saúde foram destacados aspectos como: informação e prevenção.

Com a implementação do PLANES, 1988, o SESC elege Saúde e Cultura como campos prioritários de sua ação para o triênio 88/90 e mais nove atividades prioritárias: de

desenvolvimento físico-esportivo, assistência odontológica, refeições, temporada de férias, recreação infantil, biblioteca, cursos de atualização de conhecimentos e expressões artísticas.

Funcionando sob regime de descentralização executiva, o SESC está em todos os estados da federação com uma infra-estrutura, que inclui centros de atividades, colônias de férias, hospedagens, clínicas médicas e odontológicas, bibliotecas, teatros, restaurantes, ginásios de esportes e balneários. Estas unidades contam com técnicos especializados para atender às diversas áreas de atuação da entidade.

3.2 O SESC em Alagoas

A administração regional do SESC em Alagoas foi implantada no ano de 1948, dois anos após a sua criação, na gestão do então presidente da Federação do Comércio do Estado e do Conselho da entidade, Vicente Gerbase, primeiro diretor geral do Departamento Regional - DR.

Durante os anos de 1948 e 1949, este regional atuou com apenas uma unidade operacional que prestava assistência à maternidade, ao parto e à infância, assistência médica, laboratorial, odontológica, farmacêutica, alimentar e jurídica, recreativa e social, combate à tuberculose e auxílio aos sindicatos do comércio varejistas. Suas múltiplas atividades estão diretamente ligadas ao seu comprometimento social com as necessidades dos setores mais carentes, com ênfase na educação e na saúde.

Em 1957, através do Plano de Articulação das Atividades SESC/SENAC, surgiram atividades de orientação pedagógica, educacional e profissional, atividades extracurriculares, biblioteca, merenda escolar, assistência médica, dentária e farmacêutica, circuitos de pais e professores, serviços de emprego e cinema educativo, além de cursos de culinária, corte e costura, recreação infantil, desenvolvimento do ecoturismo e de grupos de bandeirantes, cursos de enfermagem, de férias e de clube de mães.

Na década de 60, o DR-AL destaca-se através de atividades recreativas, culturais e associativas. A partir da adesão do CDL, e do bom relacionamento com 130 empresas do comércio alagoano, percebe-se um maior direcionamento das atividades executadas pela entidade.

Os anos 70 marcaram uma maior preocupação com o bem-estar do trabalhador comerciário. Foram criadas colônias de férias e centros campestres nas principais regiões do país.

As unidades do SESC deram ênfase à prática esportiva²⁷, educação física e atividades de recreação.

Em 1974, o DR/AL atingiu mais de 66% do aumento das matrículas, fato que se deu em virtude do número de empresas do comércio que se associaram à entidade. A década de 80 trouxe grandes transformações sociais, econômicas e políticas para o país. Atento a este processo, o SESC começou a investir numa educação transformadora e deu ênfase às atividades culturais.

Em Alagoas, o campo de ação do SESC abrange programas específicos nas áreas do meio ambiente: o lar, o local de trabalho, a família são compreendidos como fatores condicionantes da vida do trabalhador. Isto porque o ser humano é concebido como uma unidade indissociável, interagindo dialeticamente com os outros e a natureza.

Em 1962 o Regional de Alagoas teve duas fases: a primeira, de janeiro a setembro, quando esteve sob a intervenção do Conselho Nacional; e, no fim de setembro do mesmo ano, assumiu o novo Conselho Regional, composto por representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Além das unidades de serviço, o SESC possuía meios de proporcionar atividades assistenciais e de grupo. Havia o sistema de plantão, que tinha por objetivo proporcionar ao assistido o seu primeiro contato com a entidade. Existiam, também, palestras socioeducativas, comemoração das datas comemorativas, atividades filantrópicas, etc.

Em 1963, os assistentes sociais participaram do primeiro Encontro de Coordenação e Atualização de Serviço Social, realizado nas dependências do SESC em Maceió. Este encontro contribuiu para apresentar as áreas mais carentes do Estado. No ano seguinte, foram realizados levantamentos das obras sociais que poderiam contribuir para o bem-estar do trabalhador comerciário, “induzindo-os a participar das atividades”. Neste período foram realizados levantamentos de órgãos patronais, objetivando a integração dos empregadores e empregados através da adesão do Clube de Diretores Lojistas.

Em 1973, devido ao alto número de mortalidade infantil provocada pela incidência de doenças infectocontagiosas, o regional de Alagoas articulou-se com a Secretaria da Saúde e Serviço Social para realizarem campanhas de imunização em todo o Estado. Neste período, devido ao aumento de empresas cadastradas no regional, elevou-se o número de trabalhadores do

²⁷ Para contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus associados, os trabalhadores comerciários e sua família, há necessidade, no âmbito do bem estar físico, psíquico e social dos atendidos, favorecendo a construção da sua auto-estima, credenciando-o para uma melhor ação produtiva e participativa no processo social, propiciando o aperfeiçoamento de valores morais e sociais, contribuindo para a formação e o desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

comércio matriculados ao SESC. Observa-se que, neste período, o (SESC, 1977, p. 46), tinha uma atenção especial ao campo da educação sanitária, onde os atendidos pelos seus serviços,

eram encaminhados às instituições com as quais o SESC mantinha relacionamentos, quer para se submeter a tratamento médico quer para a realização de exames especializados. Aos seus servidores e aos dependentes destes, o SESC proporcionava assistência médica e tratamento odontológico através de pessoal da própria Entidade.

Na década de 90, o SESC priorizou o desenvolvimento físico esportivo, recreação infantil, expressões artísticas, assistência odontológica, refeições e temporada de férias. Em 1993, baseada na resolução nº 811/93, promove-se o desmonte de toda estrutura arcaica e comprometida com velhas práticas, incompatíveis com os objetivos institucionais de então.

Ao longo de 1993 foi possível desencadear uma série de medidas de proteção ao patrimônio do Departamento Regional, proteladas pela crise financeira. Dentre as medidas concretizadas destacam-se as reformas do ginásio de esportes e do módulo odontológico integral, melhorias na manutenção e conservação dos móveis.

Com o apoio do Departamento Nacional, demitiu-se a diretoria anterior. Pagaram-se dívidas atrasadas com organismos oficiais e iniciou-se uma economia rígida para equilibrar as finanças do Departamento Regional. Neste período aconteceram demissões dos funcionários por razões de incompatibilidade com os recursos do Regional quanto ao seu custo e produtividade. Estas medidas possibilitaram o equilíbrio do DR, normatizando a programação de 1994.

O DN e o Conselho Fiscal tiveram atuação eficaz na auditoria que proporcionou a revisão de métodos e procedimentos nos setores de contabilidade, pessoal, material e de patrimônio. A intervenção dirigiu suas decisões rígidas visando o saneamento financeiro e administrativo.

Nos tempos atuais, o SESC está ajustando novamente suas políticas e ações nacionais aos anseios de seus associados. Da alfabetização ao treinamento de professores e cursos de atualização de conhecimentos, tudo se baseia em um novo conceito de educação, permanente, inovadora e prospectiva. Suas atividades compreendem quatro unidades distribuídas nos bairros: Poço, Centro, Guaxuma.

Atualmente, adaptados às necessidades e particularidades de cada região ou localidade, os núcleos do SESC são formados por escolas, colônias de férias, gabinetes odontológicos, teatros,

ginásios esportivos, cinemas e centros culturais. Contam ainda com unidades móveis, como as carretas do OdontoSESC e projetos inovadores, como os Centros Educativos e SESC LER.

Percebe-se, ao longo do tempo, que os principais objetivos do SESC se ampliaram para atender às novas necessidades, destacando-se: proporcionar o equilíbrio do bem-estar físico, mental e social de seus associados; disponibilizar alimentação saudável e farta em suas unidades; oferecer conforto e lazer em suas colônias de férias; realizar ações de medicina preventiva, educação sanitária, atendimento odontológico e higiene bucal; aplicar programa de alfabetização que vise não só o domínio do alfabeto mas também prepare os alunos para o exercício da cidadania; aumentar o índice de empregabilidade, através de cursos de qualificação e atualização profissional; realizar atividades pedagógicas de apoio à educação, incentivando a curiosidade científica; fomentar estudos, pesquisas, reflexão crítica e utilizar a prática desportiva como mais um instrumento de educação e integração social.

3.2.1 O SESC educando para a saúde

Ao longo de sua história, o SESC inseriu em sua proposta interventiva um conjunto de ações no âmbito da “Promoção da Saúde”, compreendida como um conjunto de atividades educativas, destinadas a estimular, reforçar e auxiliar a sua clientela a praticar bons hábitos de saúde. Este conceito tem uma dimensão global, e uma visão holística. Está ligado ao ambiente físico e construído. Perpassa o ambiente social: trabalho, lazer, valores, relações sociais, família, meio ambiente etc.

Neste contexto o SESC é uma entidade promotora de saúde porque os valores que norteiam a sua ação programática contemplam princípios da política de saúde, e atuam na ausência dela propondo políticas similares, preconizando que a prática educativa seja um instrumento de crescimento individual e coletivo.

Esta proposta visa contribuir na criação de uma mudança cultural, favorece a ampliação de informações com vistas à qualificação dos trabalhadores comerciários e de seus familiares, para que possam adotar, no seu cotidiano, práticas saudáveis, tornando a saúde um bem comum.

As atividades direcionadas à promoção da saúde, realizadas pelo SESC, estão voltadas para a superação da prática meramente preventiva, que situa seu alvo apenas na doença. Ao

contrário da prática promocional, que tem por objetivo proporcionar a maximização do estado de saúde.

Para alcançar este objetivo, esta entidade, dentro dos parâmetros de educação para saúde, adota os seguintes conceitos de saúde²⁸: 1) “A saúde é algo a ser atingido, que vai desde o direito ao trabalho e salários dignos, educação, alimentação, habitação, ao lado de uma política econômica adequada e uma política social prioritária e que, assim entendida, transcenderia a questão de médicos, hospitais e medicamentos” (Art. 196 da Constituição de 1988). 2) “A saúde é o resultado dos cuidados que as pessoas se dispensam a si mesmas e aos demais, da capacidade de tomar decisões e controlar a própria vida e de assegurar que a sociedade em que se vive ofereça a todos os seus membros a possibilidade de gozar de bom estado de saúde” (FONSECA, 1996)²⁹.

Estes conceitos ampliados de saúde são referência para execução da proposta de saúde do SESC, para os trabalhadores do comércio. Os valores que norteiam a ação desta entidade contemplam princípio da promoção da saúde, porque preconizam a prática socioeducativa como um instrumento de crescimento individual e coletivo.

Nestes conceitos estão contidos a garantia de trabalho em condições dignas, conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e o ambiente onde se encontram inseridos. Refere-se à alimentação para todos, de acordo com as suas necessidades de sobrevivência, moradia digna, educação, qualidade do meio ambiente, repouso, lazer e segurança.

No II Encontro sobre Promoção da Saúde, promovido pelo Departamento Nacional do SESC, realizado no Estado do Ceará em 1998, foram discutidos os determinantes de saúde, como: fatores econômicos, sociais, ambientais e físicos. Considerou-se a saúde um fator

²⁸ O SESC, referencia-se também, nos quatro principais documentos sobre promoção de saúde disponíveis na literatura mundial, quais sejam: Declaração de Adelaide (1988); Declaração de Sundsvall (1991), Declaração de Bogotá (1992) e Declaração de Jacarta (1997).

²⁹ Tem-se buscado em todo o mundo um paradigma que supere a concepção clínico-assistencial de saúde/doença na sociedade. O paradigma que poderia ser válido para os problemas de saúde e do sistema de saúde dos países seria a *promoção da saúde*. Esta nova forma de se abordar saúde foi discutida em 1986 em Ottawa-Canadá, na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, que reuniu elementos de diversas fases do conceito de saúde. Desta conferência resultou a publicação da Carta de Ottawa que destaca que, para se alcançar um completo estado de saúde, é necessário que os indivíduos sejam capazes de identificar aspirações, satisfazer as suas necessidades de sobrevivência e poder modificar, favoravelmente, o seu meio ambiente. O mesmo documento afirma que a saúde é um conceito que envolve recursos sociais, pessoais e capacidade física, e que homens e mulheres, através de ações de promoção, podem ser capazes de controlar os fatores determinantes de sua saúde (FONSECA, 1996).

construído pelas pessoas através dos cuidados com elas mesmas dentro daquilo que desempenham no seu cotidiano, seja no trabalho, em casa, na convivência com outras pessoas etc.

As atividades desenvolvidas pelo SESC, de promoção da saúde, são realizadas a partir dos projetos próprios da ação, em parceria com os outros programas da entidade e com órgão/instituição afins a sua área de intervenção, através de campanhas, capacitações, mostras, palestras e demais atividades que possam sensibilizar a clientela-alvo da ação.

Dentre os demais projetos, o de “Educação para a Saúde” é uma das estratégias desenvolvidas pela entidade, através da promoção da saúde dos trabalhadores comerciários, de seus familiares e das comunidades que procuram os seus serviços, pelo desenvolvimento de atividades preventivas como campanhas, feiras, oficinas e cursos de capacitação sobre informações na área da saúde. Estas atividades são realizadas nas instalações do SESC, nas unidades móveis do OdontoSESC, e em demais entidades. Os temas abordados nestes espaços giram em torno de: prevenção oral, hábitos alimentares, acuidade visual, prevenção às DST/AIDS e as drogas lícitas e ilícitas, educação para o trânsito e demais temas direcionados ao cotidiano dos associados em busca da efetivação do direito à cidadania.

Na realização das atividades conta-se com uma equipe de profissionais nas áreas de medicina, nutrição, odontologia, serviço social, educação física e pedagogia, que direcionam seus conhecimento de forma interdisciplinar.

A metodologia de trabalho desenvolvida é a participativa e as técnicas são planejadas e direcionadas para as necessidades dos associados. São aulas abertas, oficinas, jogos, grupos, painéis interativos, mostras, vídeos monitorados e teatro que combinam conhecimento popular e reflexão crítica, de forma a estimular os sujeitos no processo de aprendizagem e conduzi-los ao auto cuidado, bem como despertá-los quanto à importância de conhecer os determinantes de saúde.

O objetivo deste trabalho é desmistificar o sentido de saúde reduzido ao sentido de cura e estimular a adoção de hábitos preventivos de forma a ampliar a concepção de saúde dos associados atendidos pelos seus serviços, possibilitando a sua aut capacitação para transformarem hábitos prejudiciais à saúde em hábitos de vida saudável.

A percepção de que o modelo de atenção à saúde, centrado na assistência individual e curativa, não resolve os problemas de saúde da população, faz crescer o modelo de promoção da

saúde nos diferentes segmentos sociais, de forma que a mesma seja entendida como resultante de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos que precisam funcionar em sintonia.

3.3 O comércio de Alagoas

Em Alagoas, o comércio é identificado como o setor de maior importância na economia. Isto se justifica pelo elevado número de empresas - de venda de produtos e de prestação de serviços - (10.874) e receita, que geram 43.380 empregos. O faturamento anual do setor é de R\$ 2,774 bilhões (JÚNIOR, 2002).

Em 1999, o comércio teve crescimento em relação ao número de estabelecimentos e ao faturamento. De 1999 para 2000, a receita passou de 2.262 bilhões para 2.774 bilhões, um aumento de 25%. O comércio varejista é apontado pelos economistas como o mais importante do setor, por possuir maior número de estabelecimentos (9.6280); gerou 33.291 empregos e teve faturamento aproximado de 1,179 bilhões. Para o Presidente do CDL, “o crescimento e a saúde do comércio dependem mesmo é da política econômica. Se o governo cortar os juros, teremos de imediato um aquecimento das vendas. Esperamos que nova medida de incentivo ao consumo seja adotada...” (idem).

A força de trabalho do trabalhador comerciário se aproxima daquela definida por Marx como uma mercadoria que precisa ter qualidade. A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz a seus proprietários uma necessidade humana qualquer, considerada coisa útil que precisa ter qualidade e quantidade e atender às diversas finalidades.

Marx já afirmava que os comerciantes operavam com um capital porque sua atividade é a venda sem cessar de mercadorias. Para o mesmo autor (1982, p. 299-300), “a atividade do comerciante é nada mais que a venda e a compra, que o fabricante deveria ele mesmo assumir.”

Desta forma, o comerciante ocupa-se com a compra e a venda das mercadorias; logo, esta prática não cria mais-valia, mas apenas permite a realização em dinheiro de valores já existentes, que geram lucro através das mercadorias por ele vendidas, acrescentando um aumento no produto do fabricante.

Assim o capital comercial não produz mais-valia. O que lhe cabe, sob a forma de lucro médio, constitui evidentemente uma parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo. Desta

forma o resultado do processo de trabalho é o número de mercadorias vendidas que vão dar lucro ao comerciante. O trabalhador comerciário entra na parte da venda do produto final, que logo acabado pelo fabricante, é comercializado em forma de mercadorias que podem ser de bens duráveis e de bens não duráveis.

Os economistas afirmam que, de 1995 a 2002, o consumo de bens não duráveis caiu cerca de 10%, o que significa que a população passou a comprar menos alimentos e gêneros de primeira necessidade. A melhoria só aconteceu com o Plano Real, mas em 1997 a renda do brasileiro começou a despencar junto com seu poder de compra e com isto houve queda no consumo. Em Alagoas, esta realidade não é diferente. A alta dos juros e a instabilidade do dólar fizeram reduzir as encomendas e provocaram oscilações no mercado.

Segundo especialistas, a queda do consumo no Estado está ligada à falta de investimentos do setor privado em projetos capazes de gerar taxas positivas. Apontam a falta de investimentos públicos federais e a crise fiscal estadual como as causas da estagnação econômica do Estado. Neste sentido, o Presidente SINCOMÉRCIO analisa a carga tributária e afirma que ela “é muito alta e o sistema de cobrança ineficaz. Se reduzisse o ICMS pago diretamente pelo comerciante para 5%, o governo aumentaria a arrecadação e ainda ajudaria o setor a crescer” (ibidem).

Entre outros problemas que continuam dificultando o crescimento econômico do Estado, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é o mais baixo do país, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil divulgado em dezembro deste ano, em Brasília.

Além da exigência de ter escolaridade e ser eficiente, exige também dos empregadores preparação para lidar com as oscilações do mercado; primazia na qualidade dos produtos e serviços, criatividade nas vendas das mercadorias e promoção de capacitação continuada à força de trabalho. Estes são alguns requisitos necessários ditados pelo livre mercado, fatores que ainda são incipientes no comércio de Maceió.

Percebe-se, também, em grande parte das lojas do comércio de Maceió, que o trabalhador comerciário é forçado a conviver com as precárias condições de trabalho: ambientes empoeirados, poluição sonora, condições de trabalho precárias, locais de trabalho insatisfatórios são algumas das características presentes neste cenário³⁰.

Entende-se que as condições ambientais desfavoráveis podem tornar-se uma grande fonte tensão na execução das tarefas, em qualquer situação de trabalho. Estes fatores podem gerar

³⁰ Referimo-nos às lojas de vendas de produtos localizadas no centro de Maceió.

desconforto, insatisfação, aumentar o risco de acidentes, causar danos consideráveis à saúde dos trabalhadores, como estresse, bem como diminuir a produtividade e aumentar os custos do trabalho.

Entretanto, as estratégias e inovações somadas às metas da empresa necessitam de alto desempenho e preparação em um cenário que exige dedicação e produtividade. De uma certa forma, os trabalhadores comerciários são “co-responsáveis” neste cenário; a eles são fornecidas as regras do jogo que os conduzem para atender aos objetivos determinados no processo produtivo. De outra forma eles “precisam” conciliar suas atividades de trabalho e dedicar tempo à família, ao estudo, ao lazer, ter qualidade de vida etc. – um dos motivos para o desenvolvimento das atividades do SESC que integra educação, cultura e lazer -, e se manterem saudáveis.

Na pesquisa que realizamos, 44% dos trabalhadores são capacitados pela empresa onde trabalham. Quanto às atividades de socialização e de lazer, apenas 5% participam de atividades esportivas; 3% de meditação; 5% de ginástica e 2% de cursos e palestras.

Diante do alto índice de desemprego do Estado, apesar de o número de empresas ter aumentado de 481 para 532 entre 1996 e 2000, segundo dados do IBGE, neste período mais de três mil postos de trabalho desapareceram. Pode-se afirmar que quanto mais moderno³¹ o empreendimento, menor é o número de seus funcionários. Na verdade, de acordo com a pesquisa de campo, só o fato de os trabalhadores comerciários estarem empregados, diante da crise por que passa o Estado, torna justificável demonstrarem gostar do trabalho que desenvolvem, como evidencia uma recepcionista: *“gosto do que faço porque consigo manter a minha família”*.

Dos trabalhadores comerciários que responderam aos questionários, 78% gostam do trabalho que desenvolvem porque se identificam com o que fazem; 17% gostam pouco e apenas 1% não gosta nada. Estes foram os aspectos observados em nossas análises.

³¹ Estamos nos referindo ao processo de substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas, que gera desemprego estrutural e enxuga postos de trabalho.

QUARTO CAPÍTULO

SAÚDE: MAIS DO QUE UMA SIMPLES CONDIÇÃO DE TRABALHO

Mais bela é a justiça, e melhor a saúde; mais agradável é possuir o que amamos. Todos estes atributos estão presentes nas melhores atividades, e identificamos uma destas (a melhor de todas) como a felicidade.

Aristóteles

4.1 Os associados ao SESC - AL

Deste ponto do nosso trabalho em diante, serão apresentados os resultados da pesquisa que realizamos junto aos trabalhadores comerciários associados ao SESC – AL. Os resultados apresentados contemplam as análises elaboradas a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo.

Atualmente são 29.262 matriculados³² no SESC. Deste total, 13.253 são trabalhadores comerciários³³ que estão em atividade nas empresas do comércio de Maceió e contribuem para a entidade, e 16.009 dependentes – famílias destes trabalhadores que também utilizam os serviços oferecidos pelo SESC.

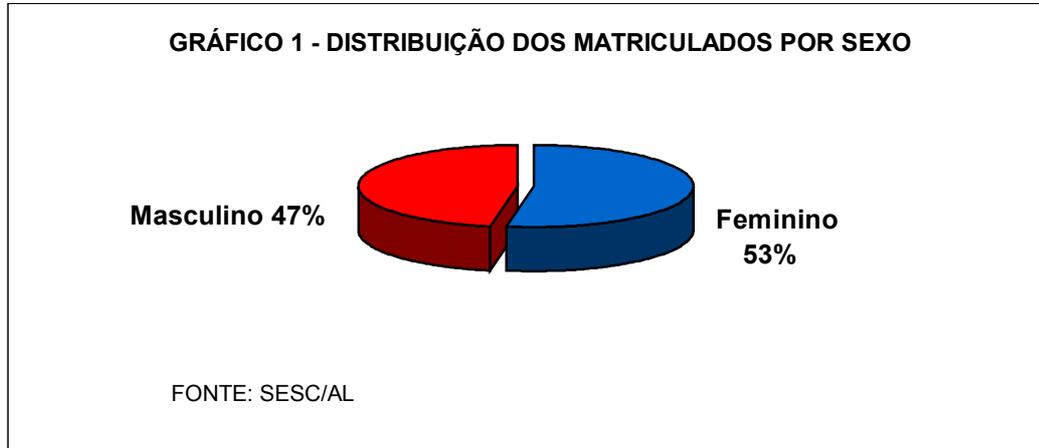
O ingresso do trabalhador comerciário e de seus dependentes, ou seja, de sua família no SESC, se dá através da matrícula, que tem por objetivo criar condições de acesso dessa clientela aos serviços oferecidos pela entidade. Por um lado é justificável o atendimento à família do trabalhador, pois “o cônjuge, os filhos e às vezes até os pais do trabalhador são atingidos indiretamente, mas também fortemente, pelos efeitos da situação do trabalho sobre aquele que nela se encontre exposto (...)” (DEJOURS,1992, p. 164).

Por outro lado, é necessário atender não somente ao trabalhador, mas também a sua prole, porque ele é mortal e “para que seus semelhantes não cessem de surgir no mercado, como o exigem as necessidades contínuas do capital, é preciso que as forças de trabalho, que o desgaste e a morte subtraem ao mercado, sejam ao menos substituídas por um número igual de novas forças de trabalho” (MARX, 1982 p. 31). Assim, confirma-se o processo de produção e de reprodução da mercadoria necessária ao capitalismo – a força de trabalho - como perpetuação da classe operária.

Do total de matriculados (29.262) – trabalhadores e dependentes -, 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino, como mostra o gráfico 1.

³²Os dados contidos neste item foram disponibilizados pela Central de Processamento de Dados do SESC - AL em 16 de outubro de 2002.

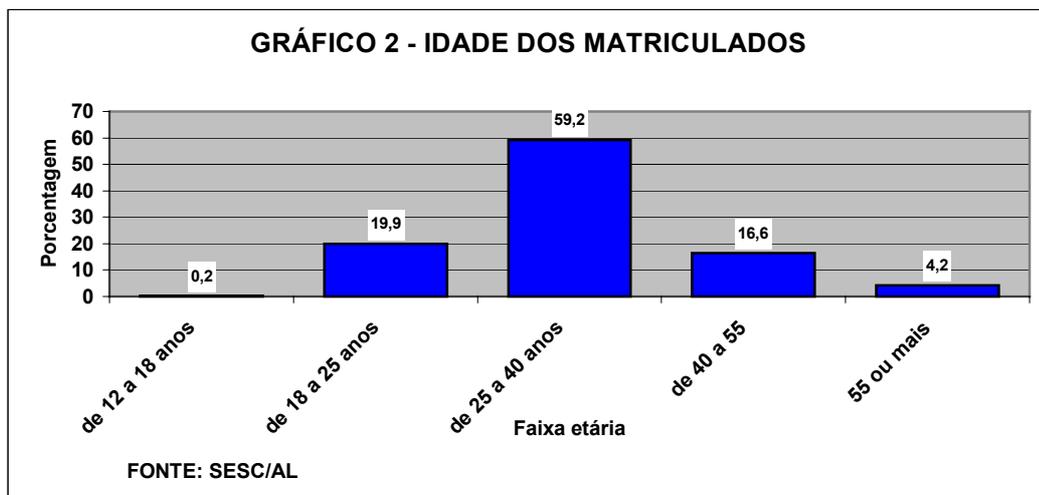
³³ Abordaremos o perfil dos trabalhadores comerciários no próximo item.



Este dado pode estar relacionado ao percentual correspondente da população de Maceió, de acordo com o CENSO/IBGE – 2000, cujo número de mulheres (421,187), é maior do que o de homens (376,572).

Quanto à idade dos matriculados, a maioria (59,2%) tem idade de 25 a 40 e 19,9% possuem de 18 a 25 anos. Estes dois últimos percentuais mostram um contingente de pessoas que estão inseridas em uma faixa etária considerada potencialmente ativa, com maior capacidade de produção, com mais vigor para suportar o ritmo do mercado de trabalho.

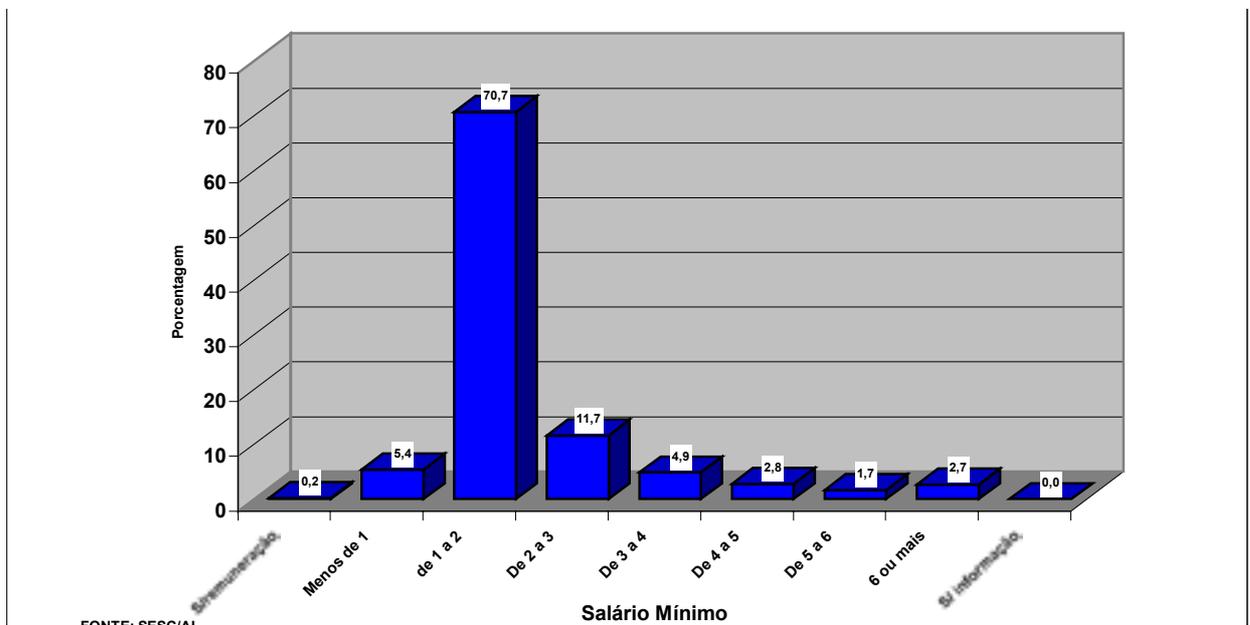
É reduzida a quantidade de pessoas com mais de 40 anos; isto é percebido quando apenas 16,6%, possuem de 40 a 55 anos e 4,2% possuem 55 ou mais anos (cf. gráfico 2).



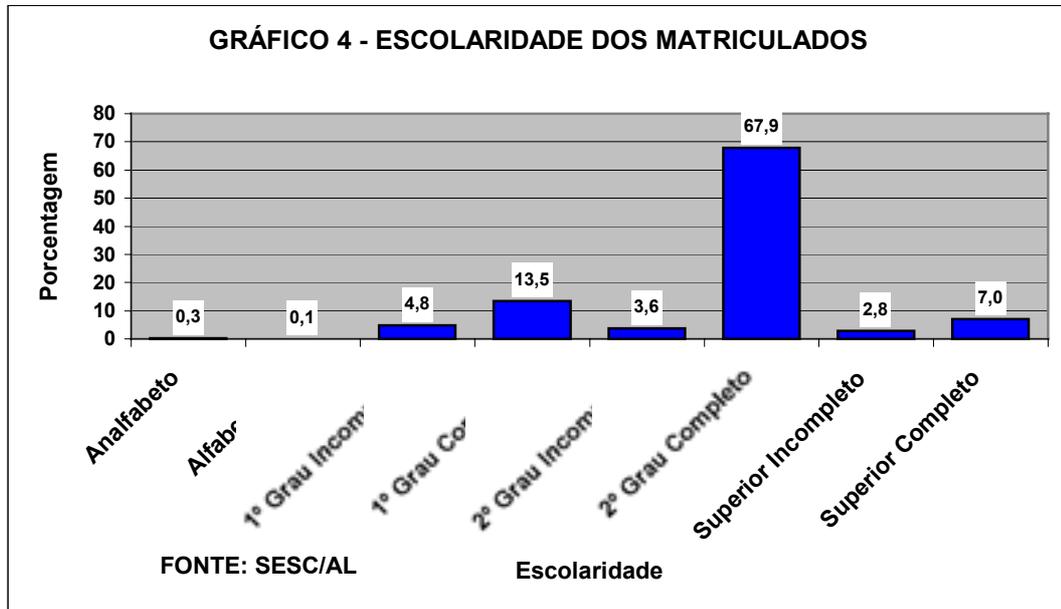
Ressalta-se que os filhos dos trabalhadores comerciários, na época da pesquisa, correspondiam a 4.761 matriculados entre 0 a 12 anos de idade e estes podem ter acesso aos serviços do SESC, como: escola, esporte, cultura etc.

Em relação à faixa salarial, percebe-se que a grande maioria dos matriculados, 82,4%, tem um salário mensal que se situa entre 1 e 3 salários mínimos, ao passo que uma pequena minoria 7,6%, possui de 3 a 5 salários mínimos e apenas 4,4% possui mais de 5 salários mínimos, como mostra o gráfico 3.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS DOS MATRICULADOS



Outro aspecto observado foi o grau de escolaridade. Do total de matriculados, 67,9% possuem curso médio completo (antigo segundo grau); 13,5% possuem ensino fundamental completo (antigo primeiro grau); 7% curso superior completo e apenas 3% são pessoas analfabetas ou crianças ainda sem escolaridade (ver gráfico 4).



Neste contexto, vale a pena destacar que o baixo índice de pessoas com curso superior pode estar ligado às condições socioeconômicas para custear um curso em universidades particulares e não dispor de tempo para se prepararem, enfrentando a concorrência em universidades públicas.

Mesmo com um percentual razoável em relação ao ensino médio completo (segundo grau), há necessidade de investimentos no setor educacional, pois Alagoas é o segundo Estado do país a apresentar as maiores taxas de distorção entre idade e série escolar. De acordo, ainda, com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, a defasagem de idade e série no ensino fundamental chega a 63,9%.

4.2 Perfil dos trabalhadores comerciários

A análise que nos propomos realizar sobre o perfil dos trabalhadores comerciários de Maceió, associados ao SESC, não poderia limitar-se somente a um estudo descritivo dos dados coletados em nossas pesquisas, mas precisaria, a partir dos referenciais teóricos sobre o objeto de estudo, compreender o significado do sentido de saúde dos trabalhadores do comércio no espaço urbano desta cidade, tendo como parâmetros os direitos instituídos de proteção ao trabalhador e a

materialidade político-institucional em nível local, de forma a nortear a compreensão sobre o concreto estudado.

As fases de tratamento dos dados são confrontadas com as categorias teóricas que os enriquecem e faz situá-los no tempo e no espaço, possibilitando compreender a especificidade do segmento estudado, partindo do empírico como ponto inicial da investigação.

4.2.1 Primeira fase da pesquisa

Na primeira fase da pesquisa de campo³⁴, escolhemos como locais estratégicos para coletar dados: o restaurante e a clínica odontológica do SESC localizado no bairro do Poço, unidade central do SESC em Maceió e o restaurante do SESC localizado no centro desta capital - locais onde se desenvolviam atividades sistemáticas de educação para saúde. Dos, aproximadamente, 850 trabalhadores comerciários que freqüentam: a clínica odontológica do SESC/Poço (100) por dia e dos trabalhadores que freqüentam os restaurantes do SESC/Poço (350) e do SESC/Centro (400) nas horas de almoço, 164 trabalhadores comerciários, deste universo, responderam aos questionários da pesquisa.

Neste estudo foi possível conhecer o perfil dos trabalhadores comerciários a partir das seguintes categorias: a escolaridade, o entendimento de saúde e de doença, os locais procurados pelo segmento para resolver problemas de saúde, as medidas adotadas para prevenir doenças, as atividades desenvolvidas para a promoção da saúde, os problemas de saúde causados em decorrência do trabalho e o conhecimento sobre os serviços de saúde do SESC.

Os dados consolidados na primeira fase da pesquisa de campo possibilitaram a aproximação com a realidade e revelaram as características que predominam no segmento estudado: os trabalhadores estão na faixa etária de 25 a 40 anos de idade, com segundo grau completo; entendem a doença como mal-estar do corpo. A principal doença identificada, no segmento, foi o estresse. Para curar as suas enfermidades, a maioria dos entrevistados recorre aos hospitais e aos consultórios particulares; pouco destes serviços são custeados pela empresa do comércio onde trabalham³⁵.

³⁴ Pesquisa realizada em 1999.

³⁵ Essas informações foram retomadas na segunda fase da pesquisa e serão analisadas adiante.

Em relação ao sentido de saúde, 36% a compreendem como bem-estar, não sabendo conceituá-la concretamente; para 33% o sentido de saúde é algo subjetivo, vago, indefinido e 3,7% definiram saúde como um completo bem-estar físico, mental e social. Ressalta-se que este conceito era destacado pelos trabalhadores com maior escolaridade. A seguir, podem ser identificados os demais sentidos de saúde destacados pelos trabalhadores comerciários.

TABELA 1 - O SENTIDO DE SAÚDE

CONCEITO	Nº DE TRABALHADORES DO COMÉRCIO	
	QUANTIDADE	%
Bem-estar	59	36
Bem-estar físico	10	6
Bem-estar físico e mental	12	7,3
Bem-estar físico, mental e social	6	3,7
Ausência de doenças	10	6
Conceito vago	54	33
Não souberam responder	13	9
TOTAL	164	100%

Para evitar doenças, são apontadas como medidas preventivas: a manutenção da saúde, a higiene, o conforto e a tranquilidade do lar, do local de trabalho e o acesso à água potável (25,5%) nos respectivos ambientes; é também essencial, além destes aspectos, o saneamento básico, citado como uma necessidade de políticas públicas; o bom relacionamento com os colegas de trabalho (24%); entretanto para 17,7% não existe nenhuma medida de conservação da sua saúde onde trabalham.

A não extrapolação do horário de trabalho foi destacada por 7,7% dos trabalhadores; 4,3% apontaram os cuidados com a alimentação, com destaque para os horários das refeições. Estas são as condições básicas apontadas como requisitos necessários ao pleno estado de saúde, defendidos pelos trabalhadores comerciários (cf.tabela abaixo).

TABELA 2 - MEDIDA DE CONSERVAÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO

ESPECIFICIDADE	Nº DE TRABALHADORES COMERCÍARIOS	
	QUANTIDADE	%
O bom relacionamento com os colegas	39	24
Ambiente higiênico, tranquilo e confortável	42	25,5
Boa alimentação	7	4,3
Organização do espaço físico	3	1,8
Movimentar o corpo	4	2,4
A certeza de ter uma fonte de renda	2	1,2
Não extrapolar o horário de trabalho	12	7,3
Não há nenhuma medida de conservação de saúde no trabalho	29	17,7
Não souberam responder	12	7,3
Não responderam	14	8,5
TOTAL	164	100%

A partir destas definições percebeu-se que os pontos destacados pelos trabalhadores comerciários são questões que envolvem o meio ambiente, a comunidade e o governo. Percebeu-se, também, que a plena realização destas questões ainda está no plano ideal, mas são pontos já citados a partir da década de 80, através das cartas de promoção de saúde em nível mundial³⁶.

4.2.2 Segunda fase da pesquisa

Diante dos dados apresentados na primeira fase da pesquisa realizada, surgiram outras inquietações que despertaram a necessidade de prosseguimento da pesquisa e de estender a análise dos dados, com vista ao aprofundamento da temática. Procuramos aprofundar os conhecimentos obtidos, possibilitando constatar a idade e a escolaridade que predominam neste segmento, acrescentando à análise a quantidade de horas e de anos trabalhados (carga de trabalho), o salário percebido e a função desempenhada; fatores que possibilitaram a continuação dos estudos sobre a percepção, deste segmento, em relação à saúde, à doença e aos serviços de saúde do SESC.

Na segunda fase da pesquisa de campo, continuamos a coleta de dados na clínica odontológica do SESC/Poço e também selecionamos o Balneário do SESC, localizado na praia de Guaxuma, por ser um dos campos que concentra trabalhadores comerciários de diversas áreas

³⁶ Cartas internacionais de promoção da saúde já citadas anteriormente.

nos finais de semana e em dias feriados, com o objetivo de ter uma maior representação de trabalhadores comerciários que sejam atendidos por outros programas e desta forma proporcionar uma maior aproximação com a realidade, ampliando a problemática de saúde, atingindo os aspectos de alimentação (restaurantes), saúde (clínica odontológica) e lazer (balneário) elegendo-se estes três campos para dar conta do complexo tema saúde do trabalhador. Ressalta-se que a educação para a saúde é um tema transversal nestes três campos abordados.

Desta forma nosso universo era os trabalhadores que freqüentava a clínica odontológica do SESC/Poço, por dia (100), mais os trabalhadores comerciários que freqüentavam as instalações do SESC Guaxuma nos finais de semana (300), perfazendo um total de 400 trabalhadores comerciários, dos quais 100 responderam aos questionários de pesquisa.

Nas duas fases da pesquisa de campo, utilizamos amostra intencional. Técnica que varia de um pesquisador para outro, ampliando a liberdade de escolha do pesquisador, de forma a possibilitar uma amostra que seja satisfatória para atender as necessidades da investigação.

4.2.2.1. Idade

Percebe-se no segmento estudado – trabalhadores comerciários associados ao SESC-AL - que a maioria está inserida na faixa de 21 a 40 anos, perfazendo 85%. Isto evidencia a fase de maior produtividade do trabalhador na realização das tarefas e confirma os dados da primeira fase da pesquisa. Apenas 8% possuem idade entre 41 a 50 anos.

Percebe-se que a idade é um fator que condiciona a entrada e a permanência do profissional no mercado de trabalho nas empresas do comércio. E apenas 7% possuem idade inferior a 20 anos.

Assim, o processo de produção inicia-se pela compra de força de trabalho feita pelo capitalista, que leva em conta um conjunto de elementos qualificadores desta “mercadoria”. Neste processo, a idade é um fator de peso para a contratação do trabalhador.

4.2.2.2 Escolaridade

Acredita-se que o ambiente competitivo das empresas tem forçado os trabalhadores a estudar, cada vez mais. Assim, a escolaridade que predomina no segmento de trabalhadores comerciários associados ao SESC – AL, continua sendo o ensino médio completo, com 63%; ensino superior, 5% e não alfabetizados, apenas 1%. A escolaridade é um indicador que revela as exigências das empresas em contratar uma força de trabalho capaz de entender e de se adaptar melhor às novas exigências do ambiente de trabalho. O grau de instrução de um trabalhador pode indicar a sua empregabilidade.

4.2.2.3 Jornada de trabalho

A jornada de trabalho de 8 horas diárias foi fixada a partir da luta dos trabalhadores através dos primeiros movimentos operários que surgiram desde 1903, permitindo “dividir o dia em três períodos iguais, de modo que, além da labuta cotidiana, restassem oito horas de sono e oito horas de tempo livre para os trabalhadores” (RETRATO DO BRASIL, 1984, p. 333).

Em 1906 houve crescimento das reivindicações trabalhistas em São Paulo. Ainda assim, em 1912, nas indústrias paulistas trabalhava-se de 12 a 13 horas diárias. Em 1920 a média da jornada de trabalho era de 10 horas e de seis dias por semana. Só em 1926 a situação começou a mudar. Então em 1932, os primeiros a conseguirem a jornada de trabalho de oito horas foram os trabalhadores comerciários; a partir de então, foi transformada numa exigência da Constituição brasileira. Nesse momento, o sentido da luta mudou; era necessário garantir a efetividade da lei, pois durante quase 50 anos diversas categorias de trabalhadores estiveram à margem da Constituição. Assim, quase cem anos depois, em 1984, a luta ainda permanecia.

Em relação aos trabalhadores comerciários associados ao SESC, 44% atende a jornada de trabalho determinada por lei (até 8 horas diárias de trabalho). Na tabela 3 pode ser visualizada a quantidade de horas trabalhadas pelo segmento pesquisado.

TABELA 3 - HORAS DE TRABALHO

QUANTIDADE	Nº DE TRABALHADORES
De 4 a 6 horas	13
De 6 a 8 horas	44
De 8 a 10 horas	22
De 10 a 12 horas	6
Mais de 12 horas	12
Não responderam	3
TOTAL	100

Dos trabalhadores comerciários analisados, 22% trabalham de 8 a 10 horas e apenas 12% extrapolam a carga horária permitida pela CLT (8 horas de trabalho diário). Um dia na vida de um trabalhador comerciário que trabalha 12 horas diárias extrapola o horário permitido por lei (8 horas) restando menos de 12 horas (deveriam ser 16 horas, equivalente a dois turnos de 8 horas) para ele dormir, conviver com a família, fazer compras, participar de associações, estudar etc.

4.2.2.4 Tempo de serviço

Em relação à quantidade de anos trabalhados no comércio, a maioria (58%) – do total entre 5 a 20 anos de trabalho - dos trabalhadores comerciários possui mais de cinco anos de trabalho. Estabelecemos uma relação entre a idade e o tempo de serviço e observamos que os trabalhadores com menos de 15 anos de trabalho (76%) estão na faixa de 21 a 40 anos de idade). Esta é a fase em que os trabalhadores estão contribuindo para o comércio, considerada fase produtiva; 26% possuem menos de cinco anos de serviço. Apenas 21%, que possuem entre 15 a mais de 20 anos de trabalho, estão inseridos na faixa com mais de 40 anos de idade. Visualizaremos o tempo de serviço na tabela a seguir:

TABELA 4 – TEMPO DE SERVIÇO

QUANTIDADE DE ANOS	Nº DE TRABALHADORES
Menos de 5 anos	26
De 5 a 10 anos	30
De 10 a 15 anos	20
De 15 a 20 anos	8
Mais de 20 anos	13
Não responderam	3
TOTAL	100

A quantidade de anos trabalhados pelo segmento estudado, por um lado, não significa que estes estejam desenvolvendo suas atividades em uma mesma empresa, mas há possibilidade de mudança de empresa e de cargo ocupado, que não interferem no processo de matrícula do trabalhador no SESC. Por outro lado, a quantidade de anos trabalhados, pode evidenciar certo grau de estabilidade no trabalho com mais segurança e menos precarização do emprego.

4.2.2.5 Salário

A única mercadoria que o trabalhador tem para vender é a sua força de trabalho em troca de um salário que lhe garanta, mesmo que seja a “duros custos”, condições de prover a sobrevivência da família em uma sociedade dirigida pelas leis de mercado; a consequência de estar fora do mercado de trabalho é o não-acesso aos bens e serviços.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de sua subsistência. Assim, o salário é um dos elementos constitutivos da força de trabalho do trabalhador comerciário. Para Marx (1982, p.197), “o que é pago não é o valor da força de trabalho, mas o valor de sua função”. A tabela abaixo demonstra os salários percebidos pelos trabalhadores comerciários.

TABELA 5 - QUANTIDADE DE SALÁRIO

VALOR RECEBIDO	Nº DE TRABALHADORES
Menos de um salário mínimo ³⁷	10
De 1 a 2 salários mínimos	45
De 2 a 3 salários mínimos	27
De 3 a 4 salários mínimos	5
De 4 a 5 salários mínimos	9
Mais de 5 salários mínimos	2
Não responderam	2
Total	100

A maioria desses trabalhadores (45%) percebe de 1 a 2 salários mínimos. Outros (27%) percebem de 2 a 3, e a minoria apenas 2%, percebe mais de 5 salários. Mesmo com o poder de compra escasso e um salário mínimo dos mais empobrecidos do mundo, os trabalhadores

³⁷ O salário mínimo vigente na data da pesquisa é de 200 reais.

comerciários afirmam que “*o trabalho dignifica o homem*”. Isto traz para eles um sentimento de felicidade³⁸.

O salário é pago pelo trabalho x função executada. Esse valor pode ser maior ou menor e dependerão do nível de escolaridade, cargo ocupado e capacidade de trabalho do trabalhador. Marx (1982, p.193) diz que “o salário do operário aparece como o preço do trabalho, soma determinada de dinheiro paga em troca de uma quantidade determinada de trabalho”. O mesmo autor (1982, p. 195) continua e afirma: “vemos primeiramente como o valor e os preços da força de trabalho se apresentam face ao salário, que é sua forma transfigurada”.

Assim, o valor da força de trabalho (salário) é determinado a partir da duração da jornada de trabalho; além deste aspecto, ele é pago ao trabalhador e corresponde a sua função, que muda de acordo com o modo de produção. É determinado também pelo sexo e pela capacidade de produção.

4.2.2.6 Função

Dos 100 trabalhadores comerciários que participaram da segunda fase pesquisa de campo, 25% eram vendedores; 10% gerentes; 8% serviços gerais; 2% balconistas; 55% estão inseridos em outras funções, como: auxiliar administrativo, professor³⁹, recepcionista, operador de caixa etc. Do total, 58% destes trabalhadores são do sexo feminino e 34% são do sexo masculino; apenas 8% não declararam o sexo.

Para classificar os campos do comércio, fomos orientados pelas categorias de trabalhadores inseridas ao SESC. Compreendemos, assim, que o comércio é basicamente constituído por dois campos: o de vendas de produtos, onde se inserem as lojas, as livrarias, os supermercados,⁴⁰ farmácias etc.; e o de prestação de serviços, onde se inserem os hotéis, as escolas, os laboratórios etc.

³⁸ Sobre o Fetiche de Felicidade cf. AMARAL, 2001.

³⁹ Colégios da rede particular de ensino também pertencem ao comércio como prestadoras de serviços.

⁴⁰ Dos supermercados, a rede Bompreço se destaca pelo maior número de trabalhadores inscritos no SESC-AL.

4.2.2.7 O sentido de saúde

A saúde dos trabalhadores comerciários está condicionada aos elementos constitutivos da sua manutenção no mercado de trabalho, como: duração da jornada de trabalho, condições de trabalho, salário etc.

Para Mota & Amaral (2000, p. 169), “embora este conceito apresente um avanço quanto à centralidade e multidimensionalidade da saúde, a ser valorizada no trabalho, concebe-se de modo abstrato, idealizado (...), isolado do real processo saúde-doença e também da organização do trabalho (...)”. Estas autoras compreendem que o processo saúde-doença no espaço de trabalho perpassa a organização, a divisão, o processo e as relações sociais, porque o processo de trabalho é simultaneamente social e biopsíquico. Segundo Mota & Amaral (2000, p. 170), o desgaste da força de trabalho é um elemento central da concepção saúde do trabalhador nas empresas ele,

se origina da interação das *cargas negativas do trabalho* – tais como posição incômoda, alternância de turnos, ruídos, tensão nervosa por pressões e alto ritmo – que se potencializam entre si, na concretude de cada processo singular, expressando o nexos entre o social e a saúde, na perspectiva de ruptura com o caráter predominantemente a-histórico da biologia humana e com o pensamento positivista dos processos psíquicos.

Assim, percebe-se que a saúde dos trabalhadores comerciários está diretamente relacionada, às condições do ambiente de trabalho. Estas condições devem atender às necessidades dos trabalhadores na execução das tarefas e favorecer o desenvolvimento do bem estar deles nos aspectos objetivos e subjetivos. Sobre o sentido de saúde para o segmento estudado, ver tabela abaixo:

TABELA 6 – CONCEITO DE SAÚDE

DEFINIÇÃO	Nº DE TRABALHADORES
Ausência de doença	12
Bem-estar do corpo	5
Bem-estar da mente	4
Bem-estar físico, mental e social	71
Não sabe	3
Não responderam	5
TOTAL	100

A concepção de saúde defendida pela maioria dos trabalhadores pesquisados (71%) é de um completo bem-estar físico, mental e social – percentual superior em relação à primeira fase da pesquisa de campo -; por 12% dos trabalhadores é de ausência de doença; para 5% saúde está diretamente relacionada ao bem-estar do corpo e para 4% ao bem estar da mente.

Para ser ter saúde os trabalhadores do comércio (60%) entendem ser necessário cuidar da alimentação. Uma outra forma de manter-se saudável é praticar esportes (45%). Tomar remédio é uma forma de evitar doenças citadas por 43%; ter estabilidade financeira (23%); manter a calma (21%).

Quando perguntamos se eles recebiam algum tipo de assistência à saúde no local de trabalho, 69% responderam que não e 28% responderam que sim. Para os que não recebem assistência à saúde no seu local de trabalho, 33% procuram ser atendidos pelos planos de saúde credenciados na empresa onde trabalham; 21% procuram as unidades públicas de saúde; 18% procuram o convênio SESC Saúde –, serviço do SESC de atendimento com várias especialidades médicas.

Para 84% dos trabalhadores, os serviços realizados pelo SESC contribuem para a promoção da saúde, porque esta entidade dispõe de um conjunto de ações planejadas por técnicos de áreas diversificadas. Os trabalhadores do comércio compreendem estes serviços como um direito (79%), porque eles só existem através das suas contribuições.

Os serviços médicos prestados são diferenciados do padrão de atendimento da medicina previdenciária. Há atendimento no próprio SESC e em consultórios conveniados a ele. Do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, essa prática apresenta as estratégias da própria lógica capitalista para o desenvolvimento da reprodução e da expansão do capital.

Em complementação aos serviços de saúde do SESC, a minoria das empresas do comércio mantém serviços no próprio local de trabalho e outra parcela dispõe de convênios com planos de saúde descontados em folha de pagamento do trabalhador.

O interesse das empresas em manter um departamento médico no próprio local de trabalho não é novo. Esta prática foi impulsionada a partir da década de 40, com os primeiros processos de industrialização que modificaram e intensificaram o processo de trabalho. Muitas empresas ainda não dispõem deste departamento, sobretudo as de Alagoas. Uma das estratégias para atender aos trabalhadores comerciários foi a criação do SESC, que atende às demandas do segmento do comércio. Do ponto de vista dos trabalhadores comerciários, o SESC desempenha

um importante papel: além da função social que lhe é atribuída, age como promotor do retorno do trabalhador à produção e a vida em sociedade.

4.2.2.8 O sentido de doença

Como aparecem nos dados da pesquisa, 60% dos trabalhadores do comércio entendem que estar doente compromete os aspectos: físico, mental e social. Para 11% o sentido de doença está diretamente relacionado ao mal-estar do corpo e apenas para 6% a doença é identificada através da dor, de acordo com o exposto na tabela 7.

TABELA 7 – CONCEITO DE DOENÇA

DEFINIÇÃO	Nº DE TRABALHADORES
Estar com dor	6
Mal-estar do corpo	11
Mal-estar da mente	2
Mal-estar físico, mental e social	60
Não sabe	12
Não responderam	9
TOTAL	100

Dos 100 trabalhadores que participaram da pesquisa, 63% afirmam não possuir nenhuma doença causada pelo trabalho. Entretanto quando perguntamos se eles tinham alguma doença, 18% afirmaram ter problemas de varizes; 9% problemas de visão; 7% têm problemas de lesão por esforços repetitivos (ler); 5% têm problemas de audição; 3% problemas musculares; 3% problemas mentais e 2% afirmaram ter outras doenças: estresse, alergia. Estas doenças podem estarem relacionadas ao trabalho.

4.2.2.9 Percepção sobre os serviços oferecidos pelo SESC

Os serviços do SESC mais utilizados pelos trabalhadores são: 45% odontologia, cultura e lazer; 28% esporte; 9% nutrição; 7% saúde e 3% educação. Ressalta-se que as atividades de promoção de saúde perpassam todas os programas da entidade que buscam promover o bem-estar do trabalhador e da sua família.

Dos serviços do SESC, os de cultura e lazer são os mais citados pelos trabalhadores comerciários. Estes serviços inseridos na programação sistemática do SESC são: teatro, cinema, exposições de livros e artes plásticas, realizados nos horários de almoço, finais de semana, e feriados e, em outros períodos, dirigidos também à sociedade.

Para o SESC os serviços culturais têm o objetivo de elevar o indivíduo aos patamares superiores da condição humana e da produção de conhecimentos que contribuam nas soluções dos problemas que comprometem o processo de desenvolvimento nacional.

Estes serviços são uma forma de o trabalhador comerciário ocupar o tempo livre e ter uma vida social saudável, ou mesmo de compensar a impossibilidade de muitos usufruírem destes serviços na vida particular. Vale ressaltar que desde o século XIX, no mundo inteiro, os trabalhadores reivindicavam o direito ao descanso para não serem condenados a simples máquinas sem sentimentos, alegrias e paixões.

Com o crescimento do mercado de trabalho urbano, que se tornou um importante elemento de pressão para o rebaixamento dos salários e para o aumento do desemprego, o SESC procura integrar a rede de proteção social e tem por objetivo amenizar os efeitos negativos do funcionamento desumano do processo de globalização da economia.

Assim, a entidade busca promover atividades com visão ampliada, interdisciplinar, ecológica e sistêmica fazendo os trabalhadores se sentirem construtores, de forma a garantir a competência organizacional. Um dos setores responsáveis pela promoção da saúde dos trabalhadores comerciários é o de “Educação para a Saúde”, que mantém estreita relação com os demais departamentos da entidade e com entidades públicas e privadas, estabelecendo parcerias que aprimoram os serviços e expandem o número de envolvidos.

4.3. Conseqüências da carga de trabalho

O excesso de carga horária trabalhada pode refletir no consumo da força de trabalho. Isto porque “o indivíduo, ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é o consumo das forças vitais” (Marx, 1982, p. 8).

A expressão *carga* pode se caracterizar em vários tipos. De um lado, as do tipo físico, químico, biológico e mecânico e, de outro, fisiológico e psíquico. Mota e Amaral (2000, p. 171)

introduzem mais um tipo de carga, a carga social articulada à totalidade das relações sociais. As mesmas autoras afirmam que,

ela é gerada e alimentada através das expressões das relações sociais da sociedade capitalista, manifestada na organização e processo de trabalho, aí produzindo, de um modo concentrado e mais evidente, a desigualdade, o autoritarismo, a privação do poder de mudar as condições de agressão física e psíquica à saúde e a coerção sob todas as formas, decorrentes da posição sociopolítica do trabalhador na divisão do trabalho na empresa (...).

Desta forma, somam-se à expressão *carga* todas as normas, regras e exigências decorrentes do processo de trabalho na sociedade capitalista que produz a diferenciação das categorias de trabalho em função da inserção do trabalhador no sistema produtivo.

O estudo das cargas de trabalho permitiu, ao logo dos tempos, avançar a luta dos trabalhadores em favor de melhorias das condições de vida. A ciência contribuiu no desenvolvimento de estudos sobre a relação do homem com o espaço de trabalho, fazendo modificar os instrumentos de trabalho, as condições de trabalho, com o objetivo de otimizar o processo de trabalho e minimizar os efeitos do consumo excessivo da força de trabalho, visando o avanço da produção e do lucro, fundamentos capitalistas de mercado.

Com o avanço da ergonomia⁴¹, houve a tentativa de se ajustar os equipamentos e postos de trabalho de acordo com as características psicofisiológicas dos trabalhadores, sendo priorizadas as necessidades dos trabalhadores visando à qualidade de vida.

Através da ergonomia é possível estudar o ambiente de trabalho, as máquinas, o homem, os aspectos organizacionais e os estudos dos diversos aspectos do comportamento humano no trabalho. Para Rocha & Fritsh (2002, p. 60), “a ergonomia contribuirá para a harmonização do homem com seu ambiente de trabalho e, como prática, busca compreender a aplicação da tecnologia da interface humano-sistema ao projeto ou intervenção com o objetivo de aumentar a segurança, o conforto e a eficiência do sistema e da qualidade de vida das pessoas”.

Neste sentido, atenua-se o conflito capital/trabalho e desenvolve-se maior organização e planejamento do processo produtivo, com equipes multidisciplinares constituídas por profissionais de diferentes áreas tendo o objetivo de tornar sutis os efeitos do desgaste da força de

⁴¹ Ergonomia pode ser considerada uma ciência humana aplicada que objetiva transformar a tecnologia, para adaptá-la ao ser humano. O termo ergonomia vem do grego *ergon* que significa trabalho, e *nomos* que significa leis naturais. Esse termo foi adotado oficialmente na Inglaterra (ROCHA & FRITSH, 2002). Entendemos, pois, que a ergonomia pode ser considerada como uma ciência que estuda a relação do indivíduo com o ambiente de trabalho e os móveis que compõem a estrutura do local.

trabalho, pois “o trabalho é importante para o bem-estar e a saúde das pessoas, não podendo esquecer que é trabalhando que passamos a maior parte de nossas vidas” (ROCHA & FRITSH, 2002. p. 62).

Assim, empresas de grande e médio porte utilizam como estratégias à formação de equipes multidisciplinares, a exemplo o SESC, que dispõe de equipe que inclui assistente social, odontólogo, nutricionista, médico, professores de educação física e outros, para atender aos trabalhadores comerciários e também a sua família.

Para Sato (2002, p. 35), os mecanismos de controle são inerentes ao processo organizativo da empresa. Segundo este autor,

Tais mecanismos, por restringirem o poder, podem atingir a saúde dos que trabalham a eles submetidos, quando os próprios trabalhadores são apenas objeto do controle organizacional sem que possam também exercê-lo, de modo suficiente, sobre as atividades que realizam e sobre o contexto de trabalho. Essa dinâmica faz com que as organizações sejam também espaços de conflitos e, por isso, seja pertinente adotar a leitura da micropolítica para compreender os processos organizativos e os problemas sociais e humanos que neles se expressam ou por eles são produzidos.

Para especialistas da área de medicina do trabalho, o descaso de algumas empresas alagoanas em garantir segurança a seus funcionários está causando sérios danos à saúde dos trabalhadores. Entre as doenças causadas, as que mais se destacam são: os distúrbios osteomusculares (dort) e as lesões por esforços repetitivos (ler).

Segundo explica uma médica do trabalho da Junta Estadual de Saúde do Trabalhador (GAZETA, 14 abril, 2002),

das inúmeras causas de dort/ler destacam-se todas as atividades profissionais que exigem esforço repetitivo quando realizado em grande intensidade. Estudos médicos mostram que as profissões cujos trabalhadores estão mais propensos a sofrer desses distúrbios são bancários, digitadores, datilógrafos, telefonistas, bem como as pessoas que trabalham em área de montagem, onde a produção acelerada é exigida.

É interessante ilustrar, ainda segundo a referida médica, que “em caso de suspeita da doença, as pessoas devem afastar-se imediatamente da atividade. Isso não significa que o empregado deva ausentar-se do trabalho. Existem outras funções na empresa para as quais o trabalhador pode ser remanejado, sem comprometer a assiduidade no emprego nem a saúde” (idem).

Podemos perceber que a preocupação com o diagnóstico e com o tratamento das patologias causadas através da carga de trabalho é uma preocupação dos trabalhadores e dos empregadores. Desta forma, para todos é recomendado o descanso de dez minutos a cada uma hora de jornada de trabalho. Observa-se que algumas empresas ainda não estão preocupadas em obedecer às normas de segurança exigidas em um ambiente de trabalho.

Pode-se perceber que os trabalhadores comerciários ainda não têm uma percepção global da relação entre trabalho e o processo de desgaste da força de trabalho em função da sua inserção no processo produtivo, mesmo sabendo que cada trabalhador possui um conhecimento empírico sobre o sentido de saúde relacionado às condições de trabalho e o sentido de doença em nível geral.

CONCLUSÃO

Com esta pesquisa foi possível ampliar o conhecimento sobre o sentido de saúde para o trabalhador comerciário associado ao SESC-AL, sem perder de vista a concepção saúde/doença que nos remete à compreensão dos fundamentos dos programas de “proteção” à saúde do trabalhador.

A partir do processo investigativo puderam ser conhecidas as particularidades da política de atenção à saúde do trabalhador comerciário, realizada pelo SESC, instância de caráter privado que se configura no cenário atual como entidade de prestação de serviços socioeducativos. As investigações nos levaram a compreender as concepções deste segmento sobre os aspectos constituintes de sua saúde, influenciados pelo meio onde trabalha e vive.

Percebeu-se que as necessidades básicas de saúde deste segmento podem ser parcialmente atendidas pela política de saúde do SESC, devido à multiplicidade de serviços oferecidos pela entidade aos seus associados, porque contemplam informações necessárias à criação de hábitos voltados para preservação da saúde. Mas estas não são suficientes; é necessária a efetivação de políticas públicas saudáveis, de ambientes de trabalho que atendam às normas de ergonomia, de salários que possam suprir as necessidades de sobrevivência do segmento. Estes são fatores conjunturais e/ou estruturais e não é objetivo da entidade resolvê-los. Esta apenas procura minimizar os efeitos desta realidade na vida de seus associados.

Verificou-se que, atualmente, o enfoque em serviços de lazer para os trabalhadores comerciários pode ser entendido como uma forma de aliviar conflitos, tensões e doenças. Estes serviços, de um lado, visam um sujeito harmônico, sociável para com a ordem constituída e, de outro lado, proporcionam vitalidade física e mental à força de trabalho. Estes dois fatores são positivos para a empresa, tendo em vista a passividade dos trabalhadores para com a ordem estabelecida e o aumento na capacidade de produção.

Isto implica a construção de um novo padrão de trabalhador com vistas a atender ao processo de modernização do trabalho, pautado na tentativa do capital de superar sua crise, tornando o trabalhador mais produtivo para atender a cada momento de organização ou de reorganização do processo produtivo.

A empresa tem de ser competitiva e os trabalhadores, também. No momento em que ela faz as mudanças tecnológicas, os trabalhadores têm de ser adestrados, o que se chama

treinamento com vistas a educar ou reeducar o trabalhador não somente no aspecto técnico mas também no aspecto mental. A qualificação do trabalhador é necessária para que ele se faça competitivo no mercado, tornando-se o padrão empregável do mercado. Deste ponto de vista, se o trabalhador ficar desempregado ele será o culpado pelo seu fracasso porque não se adaptou ao projeto produtivo da empresa.

A pressão da modernidade pela qualidade e produtividade faz com que o trabalhador aceite uma condição de polivalente; ele precisa ser aquele indivíduo capaz de mudar com facilidade e precisão de uma atividade para outra, na empresa, e capaz de vender, de produzir, de consertar os defeitos da máquina, de limpar o chão da fábrica, de dar e receber ordens gerando conseqüências nefastas para a sua saúde física e mental. Todas estas transformações não são imediatamente captadas e apreendidas em seu significado, devido a sua complexidade e a sua contemporaneidade.

Cada trabalhador é dirigido a pensar na ótica do capital comercial. Isto pode criar uma relação, na empresa, em que o trabalhador vai assumir parte do próprio comando como se ele fosse parte do negócio. Ele pára de pensar como *classe trabalhadora* pois ele é trabalhador e, ao mesmo tempo, gerente de seu trabalho. Assim, tem de cumprir metas dar e receber ordens. Sua função depende da capacidade de empregabilidade. Isto faz parte do processo de reorganização do trabalho.

Estas mudanças estão relacionadas às formas de organização das relações de trabalho para atender às novas técnicas de gerenciamento mundial e, estão ligadas aos métodos de organização das relações de trabalho que se constituem em mais uma das estratégias da sociedade moderna, legitimada pelas leis de mercado, visando à competitividade e ao lucro.

Estudiosos desta área de conhecimento têm retratado o esmagamento da subjetividade dos trabalhadores causando impactos na sua segurança física e mental, desencadeando o sofrimento do corpo e da alma (DEJOURS, 1994). Os trabalhadores são obrigados a conviver com os novos métodos de gestão.

Não se podem conceber processos organizativos sem mecanismos de controle em empresas, pois há um novo processo de reconstrução da cultura da empresa. Ela exige a construção de uma personalidade contraditória do trabalhador. Trabalho em grupo, trabalho em série, é o trabalhador quem tem que se adaptar ao novo contexto sendo capaz de colaborar, de participar, de criar no seu local de trabalho um clima favorável.

Isto faz o trabalhador se perceber como um igual, como se não houvesse conflitos capital/trabalho, porque ele também gerencia o capital na medida em que ele tem que torná-lo produtivo, criando mecanismos para aumentar os níveis de produtividade, melhorar o ambiente de trabalho e tornar o grupo mais satisfeito. O trabalhador passa a participar do processo de trabalho. Estão em jogo, neste cenário, os valores, a cultura e as posturas de vida.

Todavia, tem-se percebido que o crescimento econômico das organizações, em muitos casos, não produz, simultaneamente, o bem-estar e o desenvolvimento dos trabalhadores. Isso tem gerado a submissão a regimes de trabalho desumanos, a condições degradantes, a salários indignos que não oferecem oportunidade para uma vida saudável e não condizem com a efetivação dos pressupostos de saúde defendidos pela OMS.

Esse novo cenário do trabalho apresenta-se de forma contraditória. Trata-se, por um lado, apaziguar conflitos de classe e, por outro, “busca-se ressignificar o erro, seguindo-se a técnica do *kaizen*; mas apontar o que está errado, para os trabalhadores, continua sendo uma prática do ‘dedo-duro’ e a reafirmação da prática de responsabilização do trabalhador pelo ‘erro humano’ ou pela ‘falha humana’” (SATO, 2002, p. 33-34).

As famílias dos trabalhadores também são envolvidas neste processo. A empresa deixa de ser somente um espaço de trabalho e passa a ser também um espaço para palestras, debates, de forma que a família possa participar e também colaborar com o seu membro que faz parte do processo de trabalho.

Esta estratégia é viabilizada através dos programas de responsabilidade social em que empresa trabalha a comunidade na qual encontra-se inserida, e as famílias dos trabalhadores também. Portanto há uma responsabilidade social interna que promove os programas de qualidade de vida que, por sua vez, são sub-programas de um programa maior de qualidade total, inserido no que está dentro do processo de reestruturação produtiva. Para a empresa é viável investir na qualidade da mão-de-obra porque, indiretamente, está investindo na sua capacidade de produção.

Toda essa nova conjunção vai buscar novas formas de gerenciamento. Os projetos de capacitação buscam uma forma holística para conceber o homem integral, como um ser que pensa e age, buscando-se nessas referências elementos que otimizem mudanças de concepção dos trabalhadores e criação de uma nova cultura da empresa.

Os resultados obtidos com as pesquisas que realizamos enriquecem a compreensão da realidade estudada e propiciam subsídios teórico-práticos para entender a dinâmica das relações sociais que se insurge na implementação de garantias de condições de trabalhos mais dignas à classe-que-vive-para-o-trabalho, no âmbito das modificações societárias postas na contemporaneidade mundial.

Faz-se necessário refletir sobre a saúde do trabalhador comerciário, diante da desregulamentação financeira, da reformulação do poder do Estado e da revolução tecnológica e organizacional que vêm causando mudanças no panorama do trabalho, com repercussões que parecem ser bastante profundas na vida dos trabalhadores.

Neste sentido o SESC, reconhecendo não somente os problemas sociais, mas também os problemas conjunturais e estruturais, procura aliviar situações desfavoráveis defendendo o “progresso social”; cabe ao Estado a maior parcela de responsabilidades, com ação planejada, capaz de articular melhores condições de vida e de trabalho à classe assalariada.

Portanto, nosso estudo enriquece a compreensão da realidade estudada e pode ser de interesse tanto para a academia, quanto para pesquisadores e entidades comprometidas com a saúde do trabalhador. Propicia subsídios teórico-práticos que permitem analisar o sentido de saúde expresso pelos trabalhadores comerciários de Maceió, associados ao SESC-AL, de forma a aprofundar o conhecimento sobre este segmento constitutivo da força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, E. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: _____. *Abertura e ajustes do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo: OIT/MIT, 1999, p. 421-449.
- AMARAL, M. V. B. *A (des) razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total*. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas.
- _____. De privilégio individual a direito coletivo: desafios para o serviço social. In: _____. TRINDADE, R. L. P. (Orgs.). *Serviço social, trabalho e direitos sociais*. Maceió: EDUFAL, 2001, p. 205 – 215.
- _____. O fetiche de felicidade no discurso da qualidade total. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 99-110, jul./dez. 2001.
- ANGLÉS, D. T. M. *Organização do trabalho e saúde: um estudo sobre normas de trabalho e desgaste da força de trabalho numa empresa do Nordeste*. Recife, 1991. 194 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 50, abril, 1996.
- _____. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Genebra: ONU, 1948.
- ASSUMPTÃO, F. Alagoas é o 2º Estado em distorção idade série. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 abr. 2002.
- BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- BONELLI, R. *A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho*. São Paulo, 1999.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRAVO, M. I. S. Políticas brasileiras de seguridade social: saúde. In: _____. *Capacitação em serviço social e política social: módulo 3*. Brasília: UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 105-115.
- CABRAL, M. do S. R. As políticas brasileiras de seguridade social: previdência social. In: _____. *Capacitação em serviço social e política social: módulo 3*. Brasília: UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 166-181.
- CARRION, V. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, N. T. de. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador: um campo para a atuação do assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. *Anais...* Goiânia, 1998.
- CÉSAR, M. de J. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A. E. da (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHANLAT, J. F. Modos de gestão, saúde e segurança dos trabalhadores. In: CAVEL, E.; VASCONCELOS, J. (Orgs.). *“Recursos” humanos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Campinas, *Revista Economia e Sociedade*, n. 5, p.1-30, dez. 1995.
- COCCO, G. *A qualidade do trabalho na era da Informação*. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 262-289.
- CORREIA, M. V. *Que controle social? os conselhos de saúde como instrumento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAVEL, E.; VASCONCELOS, J. (Orgs.) *“Recursos” humanos e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEJOURS, C. (et al). *Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista do Instituto de Estudos Sociais*. São Paulo, n.1, p.45-52, maio de 1988.

DUPAS, G. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FALEIROS, V. de P. F. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M da C.; FIORI, J. L., (Orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.87-147.

FONSECA, L. E. *Promoção de Saúde: carta de Otawa, declaração de Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

FREITAS, C. E. S. de. Desregulamentação e precarização nas relações formais de trabalho no Brasil dos anos 90. *Revista Ser Social*, n.5, jul./dez., 1999.

GAZETA DE ALAGOAS. Descaso nas empresas causa lesões musculares. Maceió, 14 abr. 2002.

GEHRINGER, M. 50 séculos de trabalho. *Revista Você*. São Paulo, v. 50, n. 5, p.82-87, ago. 2002.

GOULART, Í. B. Qualidade de vida no trabalho: uma experiência de empresas brasileiras. In: *Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social: estudos contemporâneos II*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórica metodológica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1994.

JUNIOR, E. Comércio tem faturamento de R\$ 2,7 bilhões. *Gazeta de Alagoas*. 16 de jun. 2002.

LACAZ, F. A. de C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, [19..].

LESSA, S. *A ontologia de Lukács*. Maceió: EDUFAL, 1996. v. 2.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: _____. *Temas de ciências humanas*. Tradutor: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. v. 4.

MARTINELLI, M. L. *Serviço social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, H. Desemprego. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 jun. 2002.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. *A Ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 1984.

_____. *Karl. a questão judaica*. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2 000.

_____. *O capital*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. v.1.

_____. *O capital*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MÉSZÁROS, I. A ordem de reprodução social do capital. In: *Simpósio Internacional*. Lukács e os Desafios Teóricos Contemporâneos. Texto mimeo. UFAL, Maceió, 1996.

_____. I. Ir além do capital. In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xama, 1997. p.143-154.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Revista promoção da saúde*. Brasília, n.1, ago./out., 1999.

MONTEIRO, M. S.; GOMES, J. da R. De Taylor ao modelo japonês: modificações ocorridas nos modelos de organização do trabalho e a participação no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, dez.1988.

MONTEIRO, M. Os direitos sociais e seus fundamentos racionais. Texto mimeo.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

- MOTA, A. E. Políticas Sociais setoriais e por segmento: trabalho. In: _____. *Capacitação em serviço social e política social: módulo 3*. Brasília: UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 166-181.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, a. 17, n. 50, abr., 1996.
- OLIVEIRA, E. F. de. *Perspectivas hegemônicas e institucionalização do serviço social no Pará*. 1988, 355f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- PINTO, A. de T. (et al). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RETRATO do Brasil: (da monarquia ao Estado militar). São Paulo: Política, 1984. 2v.
- ROCHA, C. S. da; FRITSCH, R. Qualidade de vida no trabalho e ergonomia: conceitos e práticas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 69, p. 53-72, mar. 2002.
- SATO, L. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs). *Saúde mental & trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 31-49.
- SEMINÁRIO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, 36, 1997. São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1997.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO. Alagoas. *Programa de Trabalho*. Maceió, 1999.
- _____. Rio de Janeiro. *Ação Finalística*, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Legislação*, [s.l.], 1992.
- _____. *Os fatos no tempo*, [s.l.], 1977.
- _____. *Plano Geral de Ação e Pesquisa*, [s.l.], 1981
- _____. Ceará. *Relatório do I Encontro sobre Educação em Saúde*, Fortaleza, 1997.
- _____. Piauí. *Relatório do II Treinamento de Saúde Pública do Piauí*, Terezina, 1998.
- _____. Paraíba. *Relatório do II Treinamento sobre Educação em Saúde*, João Pessoa, 1998.

SINGER, P. O que será socialismo amanhã? *Revista Práxis*. Minas Gerais, n. 8. p. 5 a 29, 1997.

TAVARES, M. A. A terceirização e a nova composição da informalidade. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 87-98, jul./dez. 2001.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. (Orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TONET, I. *Crítica da colocação da cidadania como objetivo maior da educação e proposta de substituição pela categoria da emancipação humana*. 2001, 217f. Tese (Doutorado em Educação, Cidadania e Emancipação Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

TORRES, M. A. da S. *A saúde para o trabalho: um estudo sobre o trabalhador associado ao SESC/AL*. Maceió, 1999, p.57. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas.

WEINSTEIN, B. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000).